



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: JOÃO JORGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 28/07/2020

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível

- Reunião realizada semipresencial.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Declaro abertos os trabalhos da audiência pública em conjunto das Comissões de: Constituição, Justiça e Legislação Participativa; e Educação, Cultura e Esportes, presidida pelo Vereador Eliseu Gabriel.

Estão presentes os Vereadores Eduardo Suplicy, Gilberto Nascimento, Jair Tatto, Sandra Tadeu e Xexéu Tripoli. Se chegar mais alguém, apresente-se. Pedi que os microfones ficassem desligados, e assim estão. Por hora, peço ao Vereador Eliseu Gabriel para deixar o seu ligado para interagirmos. Também estão presentes os Vereadores: Celso Giannazi, Reis, Claudio Fonseca; e, na plateia, Fabio Riva, Líder do Governo, e o Vereador Caio Miranda, virtualmente. Do meu lado direito, registro a presença do Secretário Municipal de Educação, Sr. Bruno Caetano.

Informo que este evento está sendo transmitido através do portal Câmara Municipal de São Paulo, endereço www.saopaulo.sp.leg.br link Auditórios Online. A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público, em geral, no mesmo endereço, no link Audiências Públicas, Registro Escrito.

Esta audiência pública foi convocada para discutir o PL 452/20, de autoria do Executivo, que estabelece medidas para o retorno às aulas presenciais no município de São Paulo. Representando o Poder Executivo o Secretário de Educação, Sr. Bruno Caetano.

Registramos também a presença do Vereador Toninho Vespoli. Fique à vontade, só não podemos colocar mais cadeiras na mesa dos trabalhos, desculpe-me.

Tenho informação de que estarão presentes dois promotores de justiça. Se estiverem presentes, identifiquem-se. Estão? (Pausa) Não? Foram convidados a participar, não sei se pelo Vereador Eliseu Gabriel, o Dr. Daniel Serra Azul Guimarães e João Paulo Faustini e Silva. Quando estiverem presentes, peço que se manifestem, por favor.

Vereador Eliseu Gabriel, a sua sugestão é boa, faço apenas uma pequena observação: imediatamente, nós passamos a palavra ao Secretário Bruno Caetano, que fará suas primeiras explicações. O Vereador Eliseu Gabriel sugeriu que depois nós ouviríamos os Vereadores, e eu sigo a sua sugestão. O primeiro, já deixo registrado, será o Vereador Eliseu Gabriel, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação. Então faremos as demais inscrições. O Vereador Claudio Fonseca já me pediu para falar.

Vou deixar os Vereadores à vontade. Os que estão aqui presentes e os que estão *online*, escolham a melhor hora para falarem. A partir do momento em que o Secretário, o Vereador Eliseu e o Vereador Claudio Fonseca falarem, os Srs. Vereadores poderão falar, na sequência, ou nós podemos iniciar, ouvindo os inscritos, e então o Vereador fica à vontade. Tem Vereador que só dá uma passada, acompanha um pouco e vai embora; ou se quiser falar no final, tudo bem. A mesma coisa eu digo, peço ao Secretário Bruno Caetano que fique à vontade para, durante o desenrolar da audiência, responder duas ou três questões, juntar duas, três, quatro, cinco e responder, como o senhor preferir ou se manifestar ao final.

Há uma previsão de duas horas de reunião, até por conta de outras comissões da Casa, agenda do Secretário e a sessão plenária. Estamos começando agora, 11h10min, vamos encerrar às 13h10min. A não ser que falem dois ou três inscritos, teremos essa

flexibilidade. Mas se demorar e houver muitos inscritos, vamos cumprir o horário. Vereador Reis, estão inscritos 77 participantes, são três minutos, o tempo é o de praxe, não dá tempo, mas há muitos que se inscrevem, acabam não falando, mas, claro, vamos manter a ordem de inscrição.

Vou pedir aos Srs. Vereadores que as questões de ordem sejam rápidas, se não, vamos só ficar nas questões de ordem. Assim eu peço, eu sou democrático, abrirei a palavra, mas, posso cortar e ir direto para a audiência pública.

- Manifestações concomitantes.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Vereador Caio Miranda, o Vereador Eliseu tem preferência, é o Presidente da Comissão de Educação; e na sequência fala o Vereador Caio Miranda.

O SR. ELISEU GABRIEL – Vereador, questão de ordem. Tivemos várias inscrições de várias pessoas feitas previamente, além das entidades que se inscreveram.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Sim, Vereador, estão aqui, todas elas inscritas. Nós vamos seguir a lista de inscrições, mas podemos fazer o seguinte, como estão inscritas as entidades, Vereador Presidente Eliseu Gabriel, se houver concordância, chamamos uma pessoa individualmente inscrita e uma entidade, alternando, assim por diante. O que o senhor acha? Pode ser assim?

O SR. ELISEU GABRIEL – Está bom... Se bem que as entidades têm o peso de representarem milhares e milhares de trabalhadores. Acho melhor falarem as principais entidades, depois começamos com a lista de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Aqui, comigo, são 20 entidades inscritas.

O SR. ELISEU GABRIEL - É muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Vamos então alternando a lista. Tem a palavra o Vereador Caio Miranda, V.Exa. está se inscrevendo?

O SR. CAIO MIRANDA – Presidente, dá para divulgar a lista dos inscritos, dos Vereadores, só para organizar, para acompanhar pelo *chat*. Eu vou me inscrever pelo *chat*.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Então, por favor, o assessor que estiver acompanhando pelo *chat*, me informe. E V.Exa. pediu que eu lesse a lista das entidades?

O SR. CAIO MIRANDA – Não, não, pedi que a lista fosse colocada no *chat* para sabermos a ordem dos inscritos, e para não ficar perguntando.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Está bom. Dando início aos pronunciamentos, vamos ouvir a palavra do Secretário de Educação, Sr. Bruno Caetano.

Estou acostumado com audiências públicas, geralmente são acaloradas, talvez com menos público tenhamos um pouco mais de tranquilidade. Não tem problema, cada um fique à vontade para se manifestar, do jeito que quiser, contra ou favor. O que eu vou prezar bastante é principalmente o respeito. Estou acostumado a ver secretário apanhar, ser ofendido, xingado. Eu não vou aceitar esse tipo de coisa, seja de que partido for. Nós não vamos aceitar o extrapolar da ofensa, mas fiquem à vontade para discutir, debater, concordar, discordar, registrar seu ponto de vista. Vamos em frente, assim funciona um sistema democrático.

A partir do Secretário, os demais terão três minutos para se manifestar. Um projeto desse tamanho, não dá para dizer ao Secretário quanto tempo de palavra, só peço que não

ocupe as duas horas. Secretário Bruno Caetano, a vontade, por favor.

O SR. BRUNO CAETANO – Bom dia a todos. Vou até cronometrar para não fugir muito do tempo. Sr. Presidente João Jorge; quero também cumprimentar o Vereador Eliseu Gabriel, Presidente da Comissão de Educação; em nome dos dois presidentes das comissões, cumprimento os demais Vereadores, o Líder do Governo, Fabio Riva; e todos e todas que participam presencialmente, conosco, na Câmara Municipal de São Paulo, e quem está em casa, por videoconferência.

Vou fazer uma brevíssima explanação. Há mais de duas semanas, tenho feito, todos os dias, longos diálogos e longos debates com a rede municipal de ensino. Aliás, a última conversa, na sexta-feira, para os senhores terem ideia da disposição ao diálogo da Secretaria Municipal de Educação, a nossa videoconferência com a DRE Guaianazes durou exatas 4h48min, sem interrupção, sem que, um único minuto, desligasse a câmera. Foi olho no olho, conversa reta, com muito respeito a todos os servidores, a todos que trabalham na Educação. Aliás, saindo daqui, às 14h30min, teremos mais uma reunião, será com a DRE Santo Amaro. Amanhã, finalmente, a 13ª reunião, com a DRE – Diretoria Regional de Ensino do Ipiranga, completando o primeiro ciclo de debates. E os diálogos não se encerram com esses debates, continuamos com diversos grupos de trabalho fazendo o bom debate com toda rede municipal.

Quero dizer aos senhores, em nome do Prefeito Bruno Covas, que temos observado estritamente a questão da saúde pública no retorno às aulas. É muito importante eu deixar claro porque o que nós fazemos, neste momento, Vereador Claudio Fonseca, não é marcar data de retorno, não existe data marcada. Mais uma vez, volto a afirmar para quem está

nos assistindo: existe no Plano São Paulo – um plano estadual – uma data estimada, inclusive condicionada, de novo, aos indicadores da Saúde, não só da nossa Cidade, que apresentam boa evolução, mas de todo Estado de São Paulo.

Em primeiro lugar, quero dar uma palavra de tranquilidade para a rede pública de ensino da Capital: não há – de novo – data marcada para o retorno às aulas. O que há, por parte da Secretaria, é a responsabilidade pública, da qual não abro mão, de fazer o devido planejamento para que o retorno se dê de forma segura.

Em primeiro lugar, Vereador João Jorge, o primeiro pressuposto deste diálogo é de que não há data marcada, de que a data só ocorrerá com a estrita liberação da saúde.

É preciso ser justo com o Prefeito Bruno Covas, quando a Prefeitura de São Paulo, de maneira muito responsável, começou a autorizar o funcionamento de diversos segmentos econômicos, havia uma grande desconfiança na rede municipal de ensino de que abriríamos as escolas justamente para dar suporte à atividade econômica na cidade de São Paulo.

Eu mesmo fui interpelado, por diversas vezes, por educadores da nossa rede dizendo: olha, cuidado, não abra a escola antes da hora, vocês vão flexibilizar alguns setores da economia e vão voltar à educação de qualquer jeito.

Basta sair às ruas. Hoje aqui se a gente sair agora, vamos poder almoçar num restaurante, fazer compra numa loja, com todos os protocolos de segurança de saúde, é evidente, mas as escolas permanecem fechadas. Por quê? Porque estamos seguindo à risca as orientações da saúde. Será assim até o final.

Nós só voltaremos quando as autoridades sanitárias, da cidade de São Paulo,

entenderem ser seguro. A palavra final não é a do Secretário da Educação. A palavra final para o retorno das aulas presenciais, na cidade de São Paulo, é da Secretaria da Saúde, dos seus servidores e das autoridades legalmente constituídas para fazer as avaliações da sua responsabilidade. É importante deixar muito clara essa primeira questão.

Em segundo lugar, gosto sempre de afirmar também de que a Secretaria Municipal de Educação apresentou à rede municipal uma minuta de protocolo. Um ponto de partida nas nossas discussões, mas não um ponto de chegada. Eu acredito, profundamente, na capacidade de diálogo das nossas autoridades. Aliás, esse é o jeito de governar do Prefeito Bruno Covas, dialogando, ouvindo, mas tendo a responsabilidade de encaminhar a discussão. Isso é o que fizemos.

Elaboramos com os servidores da Secretaria Municipal da Educação com o auxílio da Unifesp e da SPDM, organizações de saúde pública renomadas, técnicos em saúde, médicos sanitaristas renomados, que deram suporte técnico na elaboração - de novo vou usar a palavra correta - de uma minuta. Os protocolos que foram apresentados à rede pública ainda são em caráter de minuta.

Várias questões já foram, inclusive, revistas porque estamos fazendo escutas diárias com a rede, ouvindo o chão da escola, ouvindo quem está lá na ponta, os nossos educadores, que serão aqueles que terão a responsabilidade de recepcionar as nossas crianças quando a gente tiver autorização para isso. Quero deixar claro esse primeiro aspecto que é a questão da saúde, em primeiro lugar, sempre.

Segundo aspecto, legalidade. Nós aqui estamos numa casa de leis. Eu fico muito

contente de retornar, pois trabalhei nesta Casa por oito anos na minha vida. Tenho profundo apreço pelo Parlamento, pela atividade Parlamentar e pela democracia.

Voltar à Câmara Municipal, em audiência pública e na condição de Secretário Municipal, hoje, é motivo pessoal de alegria, para fazermos esse bom debate. Mas estamos limitados pela questão legal. É por isso, que o Prefeito Bruno Covas encaminhou esse projeto de lei, para que possamos estruturar, de forma ainda mais adequada esse retorno, em vários aspectos. Na questão pedagógica, na de saúde, na do acesso ao ensino, especialmente no ensino infantil.

Temos responsabilidade com as nossas crianças, universalizamos, nesta Gestão, em 2018, a pré-escola, o ensino infantil, o ensino infantil I e II, a pré-escola para quem está nos acompanhando compreender melhor. Neste momento de gravidade, é preciso adotar medidas igualmente excepcionais, para que na cidade de São Paulo nós não tenhamos, de novo, fila na pré-escola. Fila que foi eliminada em 2018.

Medidas excepcionais e urgentes se fazem necessárias em momentos igualmente excepcionais e urgentes. É por isso, por respeitar o princípio da legalidade, que o Prefeito Bruno Covas encaminha mais um projeto de lei a esta Casa.

Vou aqui lembrar e agradecer aos Vereadores pela aprovação ainda em final de março, começo de abril, do projeto de lei do Prefeito Bruno Covas que nos autorizou o pagamento dos salários dos serviços terceirizados, em toda Prefeitura de São Paulo.

Mas a gente sabe que na educação há mais de 100 mil trabalhadores, hoje, que são terceirizados: são professores da rede conveniada, profissionais do transporte escolar,

trabalhadores do setor de limpeza. Esses, Vereador João Jorge, não foram abandonados pela Prefeitura de São Paulo. Continuam recebendo seus salários, porque esta Casa teve a sensibilidade, naquele momento, de aprovar uma legislação nova que nos autorizava, mesmo sem a devida prestação de serviço contratualmente estabelecido, para que a gente mantivesse os salários desses trabalhadores.

De novo, o Prefeito Bruno Covas volta a esta Câmara, agora com um projeto de lei específico para que discutamos algumas questões ligadas ao retorno às aulas na Educação.

Quero também dizer, ainda nesse aspecto da legalidade, que é evidente que o projeto de lei não encerra, em si, todas as ações da Secretaria Municipal de Educação, porque algumas delas, evidentemente, não necessitam de lei nova.

Não é correto ler esse projeto de lei que hoje é tema dessa discussão como se fossem as únicas medidas que a Secretaria de Educação adota para garantir a segurança dos nossos servidores no retorno às aulas quando ela puder acontecer, pela saúde pública.

É preciso enxergar a atuação da Prefeitura de São Paulo, especialmente na educação, no seu conjunto. Esse projeto de lei, na nossa visão, é muito importante para garantir a segurança e os melhores meios para um retorno às aulas seguro, quando ele puder acontecer.

Mas volto a dizer, não são e não serão as únicas ações da Secretaria Municipal de Educação no retorno às aulas.

Terceiro aspecto, aí paro por aqui, para que a gente possa discutir os pontos específicos desse projeto de lei e ficar à disposição para o bom debate democrático.

É preciso ainda compreender o momento da Cidade. Temos hoje uma grande dificuldade no que diz respeito à arrecadação de recursos. A educação, assim como a saúde, tem a felicidade – temos de batalhar para que isso continue sempre assim – de termos recursos vinculados no caso específico à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Isso é muito bom para a educação.

Mas é evidente que, no ano de depressão econômica, estamos vivendo um ano absolutamente excepcional, quando, portanto, a gente tem uma redução da atividade econômica na Cidade, a arrecadação de impostos cai, e a receita originalmente prevista para a educação, também fica comprimida.

Temos, de fato, hoje, uma limitação no nosso orçamento, original, digamos assim. Porque o Prefeito Bruno Covas, de maneira muito sensata, tem socorrido não só a saúde, mas também a educação com recursos extraordinários, sem os quais não seria possível honrar os compromissos consignados no orçamento aprovado por esta Casa.

Hoje, a pressão orçamentária, naquilo que estimamos investir na educação, no Município de São Paulo, para o exercício de 2020, supera a casa de 1 bilhão de reais. Mas não vai faltar, Vereadores Reis, Celso Giannazi, Vespoli, Caio e Eliseu, que estão participando conosco, vejo também o Vereador Suplicy. Não vai faltar recursos para a educação, para que possamos fazer aquilo que for essencial, o que for garantir a saúde das nossas crianças também o retorno seguro para os nossos educadores.

Mas é preciso ter a exata compreensão do momento de gravidade que nós vivemos. Tomo a liberdade aqui de fazer essa observação, é preciso que esta Casa tenha a

sensibilidade para o momento absolutamente excepcional que vivemos.

Penso que tenho passado pelos principais pontos iniciais, que julgo serem pré-requisitos para a discussão que vai se seguir aqui.

Por fim, antes de ficar à disposição dos senhores e das senhoras, temos absoluta convicção não só da legalidade do projeto de lei, como sobretudo da sua constitucionalidade. Não por outra razão, o projeto foi encaminhado pelo Poder Executivo, contando com toda a apreciação da área jurídica da Prefeitura de São Paulo.

Estou aqui hoje acompanhado da nossa Procuradora da Educação, a Dra. Tatiana, que, caso se faça necessário algum esclarecimento de ordem jurídica, pode, inclusive, nos auxiliar.

Temos absoluta segurança jurídica sobre o projeto, seja no que diz respeito à sua constitucionalidade, seja no seu absoluto respeito às demais leis, como a Lei Eleitoral e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Como vai ficar patente aqui nesta audiência.

Para não entrar em nenhum ponto especial, para deixar o debate ainda mais democrático, e o diálogo mais solto, paro por aqui para ouvi-los e depois, no final, fazer as manifestações necessárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) - Obrigado Secretário Bruno Caetano, que falou por 13 minutos, poderia falar até 20. Antes de o Vereador Eliseu Gabriel que vai se manifestar como Presidente da Comissão de Educação, só quero apontar a presença da Vereadora Rute Costa, a Relatora do projeto pela Comissão de Constituição e Justiça.

Após o Vereador Eliseu Gabriel, falará o Vereador Claudio Fonseca. Depois, vamos alternando entre os inscritos e os Vereadores. Também foi alertado que temos os presenciais. Então iremos alternando democraticamente para que todos falem.

Vereador Eliseu Gabriel, por favor, com a palavra.

O SR. ELISEU GABRIEL – Eu gostaria primeiro de dizer que é muito oportuno estarmos nesta audiência pública. Nós já fizemos cinco audiências públicas do Comitê Emergencial da Comissão de Educação junto com a Comissão de Educação. O Comitê emergencial foi criado justamente para debater a situação da pandemia nas escolas e a Comissão de Educação tem marcado audiências públicas seguidas. Fizemos cinco, já, sobre essa questão.

Existe uma enorme preocupação sobre o retorno às aulas mais imediato, como aparentemente estava sugerido nesse projeto de lei, como aparentemente está sugerido na minuta de protocolo de retorno às aulas. Nós recebemos centenas, talvez milhares de *e-mails* com manifestações de pais, de mães, de professores, alunos, enfim, realmente assustados com a possibilidade da volta às aulas mais imediata.

Como o senhor colocou que não há uma data de retorno determinada, isso que o senhor diz é importante. A tendência, nas nossas audiências públicas, é de que o retorno deveria se dar no ano que vem, que esse semestre fosse basicamente utilizado na preparação para a volta no ano que vem. E levanta-se uma série de problemas, desde a questão da limpeza nas escolas, que já era precária, e uma série de coisas difíceis. A questão do programa Mais Educação Infantil é um assunto que tem sido muito levantado.

E também eu acredito que a questão central na volta à escola, Secretário Bruno, é o acolhimento. Essa questão emocional que precisa ser tratada com muito mais ênfase do que esse projeto de lei está colocando. Outro aspecto extremamente importante é o da alimentação, que é um problema seriíssimo que tem acontecido com as famílias, a situação é grave. Outra questão é a qualidade da internet, inclusive da ausência de internet para um número expressivo de casas de alunos. Talvez teria que se tratar, desse ponto de vista que eu disse do acolhimento, se preocupar com a alimentação das famílias e também com a qualidade da internet que chega a suas casas. São dois insumos, duas questões fundamentais para estabilizar, até para um tratamento de acolhimento emocional das crianças e das famílias. Acho que esse é um aspecto bastante importante.

Nós temos feito audiências e reuniões e vários vereadores têm se colocado muitas vezes. Eu recebi ontem um documento do Vereador Jair Tatto, uma reunião *on-line* que ele fez com vários educadores. Eu pediria a oportunidade de depois exibir o vídeo ou então de que o Vereador Jair Tatto lesse o texto que apresentou nesta semana na Comissão de Educação.

Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Vereador Eliseu Gabriel.

Se todos forem rápidos como o Vereador Eliseu Gabriel.

Vereador Claudio Fonseca, por favor.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Inicialmente cumprimentar o Secretário, Vereador João Jorge, que é Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e preside esta audiência pública; na sua pessoa cumprimentar a Vereadora Rute Costa, parlamentar representante das

mulheres na Câmara Municipal de São Paulo, e todos os demais vereadores. Cumprimentar o público presente, em especial a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas que aqui representa interessados nessa matéria do retorno das atividades e também dos programas apresentados pelo Governo Municipal nesse Projeto 452.

Preliminarmente, quero dizer que o Secretário, ao afirmar que não há data marcada par ao retorno das atividades, é um marco para que façamos a discussão deste projeto – não existe data definida. Se fosse o dia 8 de setembro, posso dizer que mesmo as quatro diretrizes indicadas na minuta oferecida pela Secretaria, elaborada por técnicos da Educação e da Saúde, e as nove ações que lá constam só comprovam que de fato não é possível retomar as atividades em setembro. Eu vou além: não é possível retomar as atividades em 2020.

Este é meu posicionamento claro. Disse isto ao Secretário e disse isto ao Prefeito no domingo, por volta das 13h, em uma ligação que fiz a ele dizendo todas as cautelas que são necessárias, sendo as escolas locais de alta concentração de pessoas, e não há recomendação médica de que se tenha concentração de pessoas em qualquer local. E mesmo na hipótese de um retorno, na primeira fase, com 35% das crianças, ainda será uma alta concentração de bebês, de crianças, de adolescentes, de adultos. E todos que conhecem as escolas sabem: as melhores, as mais preparadas para um período de normalidade não estão preparadas para esse período de excepcionalidade, diante do avanço do coronavírus. Todas as medidas de flexibilização se fazem num ambiente de insegurança, e mensurando inclusive quais efeitos terá aquela flexibilização para determinados setores da economia.

Não à toa, no Plano São Paulo se coloca que o retorno das atividades escolares –

não estou falando só do Município de São Paulo, estamos falando dos professores e alunos da rede municipal, da rede estadual, da rede particular, da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio, do ensino superior e de cursos livres, inclusive -, só na cidade de São Paulo teria uma movimentação de mais de 2.850.000 alunos, de quase 300 mil professores. E a retomada das atividades pode ser um vetor de disseminação da contaminação.

Disse isso ao Prefeito, no que ele concordou plenamente; me interrompeu para dizer o seguinte: “Professor, eu sei o que significa o custo de uma vida, por ter a minha exposta em determinados momentos a uma doença da qual não se tem controle, e por acompanhar os milhares de óbitos na cidade de São Paulo”. Mas nada vai ser mais traumático, mais duro do que, se as aulas retornarem, eu perder a vida de uma criança. Dito isso para ele, para ser fiel, porque eu insisti muito para falar, para dizer a ele que não pode retomar as atividades escolares.

Ressaltando que os professores, os diretores, os coordenadores pedagógicos, os agentes escolares, os auxiliares técnicos, por princípio, defendem a educação básica presencial. Não estamos dizendo não volta nunca mais. Não é isso. Volta com segurança e proteção dos bebês, das crianças, dos adolescentes, dos adultos, dos profissionais de educação. E é isso que nós buscamos.

Lógico que a Câmara Municipal tem responsabilidade em criar uma ambiência escolar que proteja a vida, defenda a vida e proteja a vida...

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Vereador Claudio Fonseca, por favor.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Pois bem. Eu sou da Comissão de Constituição e Justiça. Não posso deixar de registrar que há um parecer da Procuradoria Geral da Câmara Municipal apontando que esse projeto não pode prosperar. Os termos exarados pela própria Procuradoria: sob o aspecto estritamente jurídico, o projeto não reúne condições para prosseguir em tramitação, eis que não observa as limitações incidentes no processo legislativo, por estarmos em ano eleitoral, bem como a disposição da Lei de Responsabilidade Fiscal. E ainda aponta inconstitucionalidade no Programa Mais Educação Infantil, destinado a comprar vagas da rede privada, inclusive com fins lucrativos – é o que está no projeto.

Então, do ponto de vista legal, eu não vou ler todo o parecer da Procuradoria, mas estou apontando que a conclusão é de que o projeto não pode prosperar, que há aspectos de ilegalidade, ao considerar a lei eleitoral, e há aspectos de inconstitucionalidade, em especial no cumprimento do Art. 213 da Constituição Federal, no que dispõe ao uso dos recursos destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino, receitas vinculadas.

Quanto ao mérito do projeto, que foi dividido, são sete capítulos. O capítulo que trata das medidas pedagógicas, como é que vou me opor? Não estou dizendo quando vai ocorrer, mas quando ocorrer o retorno, que eu defendo que seja no ano que vem, com segurança, você tem que ter medidas pedagógicas, sim, previstas com antecedência, respeitada a autonomia da escola para elaborar seu projeto pedagógico, para que a regra de distanciamento que vai vigor por algum período não exclua nenhum aluno. Não pode excluir, e a escola precisa se preparar para isso. Então programas quanto ao tempo de permanência das crianças na escola, período integral, o Programa São Paulo Educação -todos os programas da

Secretaria – vai ser redimensionado. Aqui, diz isso, que precisa ser reorganizado, reestruturado, redimensionado, mas não para dois meses no ano.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Para concluir, Vereador Claudio Fonseca, por gentileza...

O SR. CLAUDIO FONSECA – Só vou pedir, por gentileza, Sr. Presidente, mais alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – É que o tempo é limitado, Vereador.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sim, eu entendo.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – O Vereador já está com nove minutos.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sim, eu entendo, mas eu vou pedir, ainda, para que eu possa concluir, porque é muito importante essa matéria para todos nós – para V.Exa., também, que tem o dever de seguir o rigor da reunião.

Só para concluir, então, há aspectos no projeto, no Capítulo I, que são encaminhamentos pedagógicos e, com a capacidade, com a dedicação, com o envolvimento dos profissionais de Educação, vão saber, sim, que nós passamos por um período de emergência. Nós vamos ter um programa futuro para organizar o Ensino Fundamental, que tem duração de nove anos, mas, para quem ingressou neste ano, não será de nove. Será de oito. Reorganização dos ciclos de aprendizagem, considerar os tempos de aprendizagem, considerar a defasagem dos alunos – a escola e os profissionais de Educação estão preparados para isso, eu afirmo. Por essa razão, não há que adotar medida emergencial para dois meses.

Os capítulos II, III, IV, V e VI são os capítulos que tratam de programas. Vou dizer, aqui, sem nenhum receio de afirmar: nós somos favoráveis, Secretário. O programa voltado à Saúde dos alunos, física, psicológica, emocional, nesta fase toda... Traumas existem, até pelo luto nas famílias. Esse programa é urgente, não para retomar, neste ano, a atividade. É um programa permanente de Saúde ao estudante. Carece. Já faz tempo que se precisa disso. Muitas vezes, as crianças com deficiência chegam às escolas sem laudo. Então, é um programa que nós defendemos – não sei se nesse projeto, mas é necessário que tenha.

O outro programa é o Programa de Saúde aos Profissionais de Educação. Nós temos quase seis mil professores readaptados. Eles têm direitos. Foram levados à readaptação, muitas vezes, pelas condições de trabalho. Você não tem programa de reabilitação. Não tem programa de acompanhamento. Você não pode tirar uma licença se for a mesma doença, o mesmo diagnóstico que levou à readaptação. É necessário ter cuidado, tratar dos nossos readaptados e de todos os profissionais de Educação. Não se deve ser submetido à tortura que é, em Cogesp, a pessoa ter uma licença por cinco dias e, depois, negada por falta de perícia.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Desculpe-me. Eu vou encerrar a sua palavra, Vereador, se V.Exa. não encerrar.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Já vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Desculpe, mas há colegas que serão deixados de fora.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sim, só, por último...

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Não, V.Exa. já está com 13 minutos. São três minutos. Eu vou ter de cortar os seus colegas depois e vai ficar ruim para mim, ainda, que fui antidemocrático.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Eu vou terminar. Quanto à questão dos contratos... Portanto, esses programas de Saúde... O Programa Material Escolar e o Programa Uniforme Escolar são programas permanentes. Eu defendo que seja por meio do repasse do recurso direto para a família. Precisam acabar com esses *lobbies*, essas licitações, em que muitas vezes se faz o contrato e não chega o uniforme. Vai chegar em junho e julho. O material, também, mas não é por conta do retorno. Programa permanente... Isso significa financiar a Educação pública com os recursos necessários para não discriminar nenhum aluno. Não sei se é nesse projeto, mas é importante ter os dois programas como programas permanentes e acabar com esse cartel de empresas que lucram muito e oferecem material de péssima qualidade. Os alunos nem usam, porque os contratos temporários...

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Pronto, Vereador! Vou chamar o próximo, Vereador Claudio Fonseca.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Por fim, Sr. Presidente... Eu vou terminar, mesmo. Os contratos temporários de professores... Há uma medida, aqui, que permite a um professor contratado terminar o ano letivo. Isso é importante, pois há contratos que encerram em setembro e as crianças ficam sem professor porque o efetivo não chegou, mas mais importante do que contrato é chamar os concursados para auxiliar técnico e coordenador pedagógico, homologar e convocar rapidamente, antes da vigência da lei eleitoral. Diretor, supervisor e

professor de Educação Infantil – nós temos concursados. Eu sei que não supre tudo, mas vai diminuir a necessidade de contratação. Portanto, não vejo necessidade de aumentar para 20% os contratos, mas chamem os efetivos, os concursados. Chamem, urgentemente, para que retomemos as atividades no ano que vem, com a escola, com condições de sanitização, de higienização, de ambientação, com segurança e com profissional de Educação.

Obrigado. Eu não sei se cheguei...

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Vereador Claudio Fonseca. V.Exa. falou pelo Sinpeem, também, Professor?

O SR. CLAUDIO FONSECA – Não, senhor. Eu sou Vereador em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – O primeiro do Sinpeem, aqui, vem como...

O SR. CLAUDIO FONSECA – Como membro da Comissão de Constituição e Justiça, eu gostaria de ser respeitado nesta condição.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Vereador Claudio Fonseca. V.Exa., além do tempo que usou da palavra, aqui, e foi respeitado nos seus 14 minutos e 30 segundos, terá, depois, também, tempo em plenário.

- Manifestação simultânea.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Só um minuto, Vereador Eliseu Gabriel.

(NÃO IDENTIFICADO) – É para registrar a presença dos Promotores do Geduc, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Estão presentes?

(NÃO IDENTIFICADO) – Os Srs. João Paulo e Daniel Serra Azul estão presentes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – *On-line*, não é?

(NÃO IDENTIFICADO) – *On-line*.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, senhores. Registro a presença, também, da Vereadora Juliana Cardoso.

Eu vou fazer o seguinte: os Vereadores do PSOL, Celso Giannazi e Toninho Vespoli, querem fazer o uso da palavra rapidamente, para sair, porque têm compromisso, mas eu vou pedir... Eu vou atender, pelo menos, aqui, a lista. O primeiro é do Sinpeem, o Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo. Há alguém presente do Sinpeem? Há alguém presente do Sedin, Sindicato dos Educadores da Infância?

- Manifestação simultânea.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Vai falar? Qual é o seu nome?

O SR. ALFREDINHO – Estou presente, Vereador João Jorge.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Vereador Caio Miranda Carneiro, só um minuto... A Sra. Célia, do Sinpeem, está presente?

A SRA. CÉLIA CORDEIRO DA COSTA – Célia, do Sinpeem, está presente.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Então, a Sra. Célia, do Sinpeem, vai fazer uso da palavra?

A SRA. CÉLIA CORDEIRO DA COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Será o Vereador Caio Miranda Carneiro, em seguida, para uma Questão de Ordem, e eu vou abrir para os Srs. Vereadores do PSOL, aqui,

que estão inscritos e querem falar.

Sra. Célia, do Sinpeem...

Vereadora Juliana Cardoso, V.Exa. falou alguma coisa?

- Manifestação simultânea.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Vereador Alfredinho está registrando a presença. Vereador Alfredinho, do PT...

- Manifestação simultânea.

(NÃO IDENTIFICADO) – Sindsep presente.

(NÃO IDENTIFICADA) – Aprofem presente.

A SRA. CÉLIA CORDEIRO DA COSTA – Sinpeem presente.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Sinpeem, Sra. Célia, agora... Tem a palavra a representante do Sinpeem, Sra. Célia, por favor, por três minutos.

A SRA. CÉLIA CORDEIRO DA COSTA – Bom dia a todos e a todas. Sou Célia Cordeiro, do Sinpeem. Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar os metroviários, que estão em uma queda de braço com o governo estadual e venceram uma batalha contra a diminuição dos salários.

Tenho de reafirmar, aqui, alguns preceitos apresentados pelo Vereador Claudio Fonseca, que é o nosso Presidente, de não retomada neste ano das atividades presenciais.

O SR. JAIR TATTO – Sr. Presidente, aqui é Jair Tatto.

A SRA. CÉLIA CORDEIRO DA COSTA – Estão atrapalhando a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Por favor, a sua palavra está garantida, Sra.

Célia Cordeiro. O Vereador Jair Tatto registrou presença. Tem a palavra a Sra. Célia. Vamos ouvi-la.

A SRA. CÉLIA CORDEIRO DA COSTA – O Sinpeem tem, historicamente, posições contra a terceirização que está sendo proposta neste Projeto de Lei 452. Há um aumento da terceirização, que não é temporária de jeito nenhum, porque temos tido terceirização e, desde os anos 1990, a terceirização tem aumentado. Se, nos anos 2000, tínhamos 300 escolas, seis conveniados e indiretos, agora nós temos mais de dois mil, que drenam mais de três bilhões de recursos, recursos que, por muitas vezes, se perdem em máfias, como a máfia das creches, que está sendo investigada.

Portanto, nós apresentamos nosso repúdio e pedimos aos Vereadores que não aprovelem esse PL, que está sendo... Esta discussão está sendo açodada. Como bem disse o Professor Claudio Fonseca, nós temos como tomar as medidas necessárias para a retomada no ano que vem, com outras medidas. Nós precisamos contratar mais pessoas.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Sra. Célia Cordeiro, só um minuto. Por gentileza, os microfones estão abertos. Tem alguém atrapalhando a fala da senhora que está fazendo uso da palavra. Por favor, desliguem seus microfones. Há alguém batendo no microfone, o que é pior ainda. Por favor, Sra. Célia, continue.

A SRA. CÉLIA CORDEIRO DA COSTA – Muito bem... Essa retomada tem de se dar nos limites constitucionais. Está no artigo 7º, § 3º, do PL 452, do Executivo... Permite que entidades com fins lucrativos possam receber recursos. Esses recursos, que, de acordo com o próprio Secretário... Falou em um jornal que pode ser de quase 900 reais por criança. Ou seja,

privatizar recursos públicos... O Sinpeem é contra. Nós defendemos escola pública gratuita laica estatal. Esse é o nosso princípio, pelo qual nós lutaremos. Lutaremos, também, pela retomada apenas no ano que vem.

Aqui, eu abro parênteses, sobre outra medida do Sr. Doria, que eu considero uma ameaça. Hoje, ele mudou os parâmetros da retomada, dos indicadores de Saúde. Os parâmetros, até ontem, para passar de uma fase para outra... Temos de lembrar que tem de estar tudo na fase amarela, para poder haver essa retomada. Até ontem, tínhamos um parâmetro de retornar apenas se tivesse 60% da capacidade dos leitos de UTI ocupados. Hoje, depois da pressão, o Sr. Doria mudou os parâmetros para 75%.

Nesse sentido, o Sr. Doria está tentando voltar mais rapidamente com as atividades comerciais e também com as atividades nas escolas por pressão das escolas particulares. Então o que a gente tem? Um PL e protocolos que estão açodando a discussão. Se os senhores aceitarem votar, aprovar essas medidas, o que vai acontecer? Os senhores estarão atacando a vida das comunidades escolares. Não é só oportunismo essa medida do Sr. Doria, é mais do que isso, é um ataque à vida. O Sinpeem vai defender a vida. Por isso nós defendemos que a retomada seja no ano que vem e que o PL 452 seja rejeitado e arquivado. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) - Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI - Bom dia a todos. Quero cumprimentar o público...

- Manifestações simultâneas.

O SR. TONINHO VESPOLI - Quero cumprimentar o Sr. Presidente, em nome de quem cumprimento todos os presentes, mas principalmente os servidores que perderam seus familiares ou os familiares que perderam seus entes queridos que trabalham na Educação, na nossa rede municipal - que não foram poucos, infelizmente. Acredito que a nossa rede está em luto.

Primeiro quero repudiar as atitudes do Secretário Bruno Caetano que vem depreciando, desmerecendo nossos servidores da Educação. Quero dizer ao Secretário que V. Exa. passará, já os servidores ficarão. Somos servidores de carreira e continuaremos lutando por uma educação pública gratuita, laica e de qualidade. Não há Educação sem alunos e sem servidores. Todos os especialistas dizem que não é o momento de abrir escolas, o momento é de salvar vidas. A caneta pode matar mais que armas e ela está em suas mãos, Secretário, e nas mãos dos Vereadores.

Temos a caravana da Educação no nosso mandato. Fizemos, só no ano passado, mais de 300 visitas em unidades da nossa rede. Entregamos um relatório para V.Exa. que continha questões e problemas estruturais das nossas unidades, como também falta de servidores, dentre outras questões. E o que foi feito do nosso relatório? Praticamente nada. A pandemia só escancarou as condições de trabalho dos nossos servidores. Não é à toa que na nossa rede há bastantes doentes por conta dessas precariedades. Estão usando a pandemia, neste momento, para impor para a sociedade um retrocesso na Educação.

Esse PL 452 ataca a carreira do servidor, ataca a escola pública, desloca verba da educação pública para os empresários da Educação e também para as OSs da Saúde,

implementa a categoria "O" na Prefeitura de São Paulo. Nós vimos o que foi essa categoria "O" no Estado. Porque é isso na prática que acontece quando a gente vai dilatar os contratos e também aumentar de cinco até 20% a possibilidade de contratados na nossa rede.

Este é um ano eleitoral, será implementado *voucher* para quase tudo para ganhar eleição, rifando a educação pública, saciando a gana dos grandes empresários da Educação, dando continuidade ao projeto liberal de diminuição do Estado Brasileiro. É isso que está em processo aqui. Estão usando a pandemia para isso, para continuar a destruição do Estado Brasileiro, e a gente sabe quem é que precisa da política pública, quem é que precisa de um Estado forte. São os mais fracos e os mais vulneráveis socialmente.

Por isso lutarei com todas as forças para que esse projeto não passe, como ainda estou lutando contra o *voucher* dos CEIs na Justiça, inclusive, a Procuradoria desta Casa produziu um parecer pela ilegalidade do PL 452. Ela usou os mesmos parâmetros de legalidade do Parecer do Ministério Público. O Ministério Público fez esse parecer por conta da nossa ação de inconstitucionalidade, porque nós entramos contra o *voucher* dos CEIs, e se cair lá na Justiça, com certeza, não tenho dúvida, esse PL 452 também vai cair.

Espero, Secretário, que aquele menino que entrevistou Paulo Freire, tenha aprendido com ele, que valorize a escola pública, chame os concursos que não foram homologados, chame também os concursados dos concursos que já foram homologados e estão esperando há muito tempo. Coloque o número de funcionários da limpeza condizente para que tenha uma boa higienização nas nossas unidades escolares. Retire esse PL 452 da Câmara Municipal e que não reabra as escolas este ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Joao Jorge) - Obrigado, Vereador Toninho Vespoli. Com a palavra a Sra. Joélia, do Sedin, Sindicato dos Educadores da Infância.

A SRA. JOÉLIA AGUIAR - Quero cumprimentar a todas e todos, Vereadores, Secretário, colegas do sindicato - o áudio não esta muito bom...

- Falha na transmissão do áudio.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) - Tivemos um problema de conexão. Vamos passar ao próximo inscrito, em seguida, chamamos a Joélia.

Tem a palavra o Sr. Maciel Silva Nascimento do Sindsep, Sindicato dos Servidores do Estado de São Paulo.

O SR. MACIEL SILVA NASCIMENTO - Obrigado, Sr. Presidente. Primeiramente, acho muito importante esse debate que está acontecendo em audiência pública.

Quero me dirigir diretamente ao Sr. Secretário que observe exatamente as questões que estão sendo postas nessa audiência, deixando claro que pela própria posição que o Secretário nos apresenta de início, nesta audiência, fica claro uma determinação política da Secretaria e do Sr. Prefeito Bruno Covas, no sentido de poder retomar a questão das aulas, ou mesmo dizendo que não tem data definida, a própria presença desse projeto tramitando na Casa determina esse posicionamento.

Quero, inicialmente, remeter a uma discussão que acho fundamental e que nos deixa claro o que está por trás da tramitação do projeto, o que está por trás dessa vontade

política.

Fomos surpreendidos, hoje, pela manhã com um vídeo institucional na cidade do Rio de Janeiro, das escolas particulares desdizendo tudo o que a vigilância sanitária vem dizendo, hoje, propondo a questão do retorno às aulas. O vídeo, em dado momento, fala que estudos sobre a pandemia, sobre o coronavírus só confundem. Ele fala ainda, que trancar todos em casa não é ciência. É desdizendo e debochando do isolamento social. Ele vai mais longe. Fala que confinar é desconhecer. Tudo isso para pedir que as escolas retomem as suas atividades.

Para além disso, nós fomos surpreendidos também com um áudio que vazou também desde ontem, aqui na cidade de São Paulo, de uma organização das escolas particulares, propondo que a realização de um provável ato, que deverá acontecer na Cidade, não deverá ter cartazes dizendo o real fundamento dessa movimentação, que é a questão das dificuldades financeiras, pelas quais passam as escolas particulares. Os cartazes devem conter frases que denotem a preocupação com processo educacional da nossas crianças. Portanto, não tragam cartazes dizendo que as escolas particulares estão entrando em falência. E aí fica claro, a partir dessa ação coordenada do Rio de Janeiro, coordenada em São Paulo, qual é realmente o projeto e porque, e a motivação de um projeto de lei como esse está tramitando na Câmara de São Paulo.

E aí eu acho importante nós resgatarmos, inclusive, o já foi dito anteriormente sobre a questão do Parecer da Procuradoria, onde ele aponta a questão da verba, da aplicação irregular de *vouchers* na cidade de São Paulo, e aí a gente entra inclusive com o PL 84/19,

também tramitando nesta Casa, que já tem parecer de legalidade e tenta trazer para o 452 essa possibilidade. São trâmites políticos estabelecidos pelo Poder Público para tentar, de alguma forma, dar respostas às escolas particulares e é lamentável que o Poder Público desenvolva esse tipo de ação.

Então, além da criação de benefícios não transitórios, portanto, permanentes, em ano eleitoral, a transferência de verbas para as famílias, através de uniformes, de materiais escolares, denotam claramente essa ideia de tentar transformar isso. Espero que a Câmara, através da Procuradoria, mantenha esse parecer que foi apresentado. Acabamos de sair de uma reunião da mesa técnica da Saúde em que a Covisa, em alto e bom som, o Sindsep acaba de sair dessa mesa, e a Covisa informa que não há condições possíveis para o retorno às aulas, somente na fase azul é que esse procedimento seria possível. Eu pergunto ao Secretário: qual é o diálogo, de fato, que a Secretaria vem desenvolvendo com a Secretaria Municipal de Saúde, me parece que, pelo posicionamento da Covisa apresentado na mesa técnica em que o Sindsep acaba de sair, há um desencontro de informações, há um desencontro de intencionalidades pelo poder público. Então, queremos aqui refutar a possibilidade de qualquer retorno às aulas nesse momento e deixar bem claro: somente em 2021, talvez em fevereiro, nós possamos discutir com segurança esta possibilidade do retorno às aulas. Esse é o nosso posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Maciel. Tem a palavra o vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Obrigado, Presidente, bom dia a todas e todos,

cumprimento o Presidente João Jorge, o Presidente da CCJ e o Presidente Eliseu Gabriel, da Comissão da Educação, em nome dos dois, cumprimento todos os nobres pares que estão presentes, tanto presencialmente quanto virtualmente. Cumprimento o Secretário Municipal de Educação, Bruno Caetano, e gostaria de fazer, antes de começar a falar do projeto especificamente, do PL 452, a que audiência pública se destina, é falar das nossas escolas, da condição que nós temos nas nossas escolas municipais antes da Covid-19, antes da pandemia.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Vereador Giannazi, só um minutinho, seu tempo vai ser restituído, é claro, mas quero registrar a presença online do Presidente da Câmara, Vereador Eduardo Tuma, bem-vindo, Vereador Eduardo Tuma.

O SR. CELSO GIANNAZI – Então, eu gostaria de ver essa situação que nós vivenciamos na escola, as escolas sem os trabalhadores da limpeza, escolas estão abandonadas com déficit gigantesco dos profissionais da Educação, essa escola que nós estamos vivendo e vivíamos sem segurança, sendo assaltadas, e, agora, nós chegamos em meio essa pandemia para discutir ações dessa administração do Prefeito Bruno Covas e nos deparamos agora com esse PL 452, que chega a Câmara Municipal para debates e a um projeto completamente imoral, ilegal e inconstitucional. Tem vários pontos e eu não vou citar todos aqui, porque não vai dar tempo, mas nós temos muitos ataques a educação pública no município de São Paulo.

Secretário, eu ouvi a sua fala de que houve escuta, não houve escuta. Estou acompanhando todas as DREs e a escuta que foi feita é uma escuta surda. Os profissionais da

Educação, tanto quadro de apoio, os educadores, não foram ouvidos para elaboração desse PL, que chegou de surpresa na Câmara Municipal. E falar que a Saúde é que determinará a volta às aulas, também não é verdade, porque nós estamos acompanhando a administração do Prefeito Bruno Covas, que segue a do Governador Doria, e estão mudando os números para que haja esse retorno precipitado das aulas.

Nós afirmamos que a cidade de São Paulo cometerá um genocídio, colocando em risco os alunos, os profissionais da Educação e todas as famílias com a volta às aulas de forma precipitada. Desse jeito que está sendo colocado nas nossas escolas não tem condições de voltar às aulas em 2020, com essa situação que estamos vivendo.

E o projeto, sob o aspecto constitucional, promove a privatização da Educação Infantil, em São Paulo, colocando dinheiro público, destinando dinheiro público para entidade com fins lucrativos, o que é claramente, pacificamente inconstitucional, fere o artigo 213 da Constituição Federal. Então, é inadmissível que a Câmara Municipal, a maior Câmara da América Latina, vote um projeto que é inconstitucional.

Outro ponto que é muito grave, Secretário, nós já oficiamos o Prefeito Bruno Covas e a própria Secretaria Municipal de Educação é o déficit gigantesco que nós temos dos profissionais da Educação. Nós temos concursos em andamento de auxiliar técnico de educação, coordenador pedagógico, supervisor, diretor de escola, PEIF, PEI, FUND 1, FUND 2, e o PL 452 trata da contratação, aumento inclusive do percentual de contratação, da possibilidade de contratação de 5% para 20% de trabalhadores para Educação, sendo que nós temos concursos públicos em andamento. Nós precisamos da homologação e da convocação

de todos os profissionais da Educação, antes de falar de qualquer contratação. Isso beira uma irresponsabilidade muito grande.

O PL fere a autonomia pedagógica das escolas porque, quando fala no Programa São Paulo Integral, atribui à Secretaria Municipal de Educação a privacidade para indicação das escolas e fere a gestão democrática da educação pública na Cidade.

Também é muito grave a questão dos uniformes e dos kits, do material escolar, colocando para os pais essa responsabilidade, para eles adquirirem. E a Prefeitura de São Paulo, em ano eleitoral, destinar recurso público para as famílias fazerem aquisição, sendo que a Prefeitura de São Paulo, através de licitação, pode conseguir isso de uma forma muito mais barata. Então, são pontos importantes não há, Secretário, não encontramos em lugar nenhum um plano de construção de escolas para que diminua o número de alunos por sala de aula. Tem esse PL 452, mas não há nenhum plano a médio e longo prazo de construção de escolas para que diminua o número de alunos em sala de aula, ignorando os nossos alunos com deficiência, que são 10% da rede Municipal. Não há uma proposta nesse sentido, então quanto a esses pontos são absurdos.

A última coisa que vou falar é que o Secretário coloca dos trabalhadores da limpeza, de fato, Secretário eles foram abandonados sim, eles estão sem salário sim. A Prefeitura de São Paulo abandonou muitos trabalhadores. Nós votamos aqui na Câmara Municipal um projeto de lei para não interromper, não suspender os contratos com os terceirizados, e é uma ilegalidade a Prefeitura de São Paulo cometer um abuso contra esses trabalhadores da limpeza, que estão sem salários e tiveram de se socorrer de outros meios

para poder sobreviver. Então, há sim, Secretário, um déficit de compreensão da realidade das nossas escolas municipais. É preciso conhecer a realidade das escolas que nós temos e da escola que a gente quer voltar. Então, voltar às aulas 2020, Secretário, é impossível. Voltar às aulas em 2021, com quadro completo de profissionais da Educação, com contrato obrigatoriamente revisto dos prestadores de serviços de limpeza, aí sim, talvez, a gente comece a pensar numa forma segura de volta às aulas. Então, esse PL 452 é um absurdo que essa Casa possa aprovar algo assim e quem votar a favor desse projeto, me desculpe, não merece estar sentado numa dessas cadeiras da Câmara Municipal.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Tem a palavra o Sr. Christian Sznick, depois eu volto com a Joélia e os outros inscritos.

O SR. CHRISTIAN DE MELLO SZNICK - Boa tarde a todas e todos os presentes, boa tarde aos Vereadores, na pessoa do Vereador João Jorge e na pessoa do professor Eliseu. Sou diretor de escola licenciado do CEJA Copacabana e diretor de imprensa do Sinesp e também coordenador do Conselho Participativo Mooca. Aqui temos uma questão muito importante que é para ser colocada. Esse projeto 452, o Sr. Secretário que está presente na bancada, ele vem falando nas *lives* de uma certa importância dele. Vamos retomar algumas questões, desde março as escolas estão de fato, as crianças estão em suas casas, os professores em teletrabalho, mas as equipes gestoras estão nas escolas, o quadro de apoio está na escola. O Secretário fala de organizar uma possível volta, só que a gente tem um pessoal trabalhando na estrutura hoje das escolas e não está coerente.

Vamos ao primeiro ponto: designações para substituir as pessoas ou cargo vago

ou substituição não estão sendo feitas. Muitas escolas estão com as equipes incompletas. Não está sendo autorizada uma substituição desse pessoal. Estão falando lá da frente, mas eu estou falando da escola de agora, da escola real, como uma diretora colocou, sequer uma escola da minuta, uma escola completa.

O PL 452 traz uma questão de concursos que não está sendo respeitada. Nós temos hoje parado na Fazenda a autorização de concurso de diretor, de supervisor de escola e professores de educação infantil. Só de diretor são mais de 123 cargos vagos na rede em concurso que poderiam estar sendo chamados, com a autorização que está parada na Fazenda, somente aguardando uma deliberação e uma publicação no *Diário Oficial*. Nós temos um concurso de Coordenador Pedagógico e temos hoje exatos 1.068 cargos vagos na rede. Há mais cargo vago de Coordenador do que cargo efetivo, e o concurso, só aguardando homologação. De ATEs – Auxiliares Técnicos de Educação, as pessoas que fazem todo o trabalho do dia a dia das unidades em conjunto com os professores e com a equipe gestora, temos hoje por volta de 1,3 mil cargos vagos. As escolas estão em plantão presencial das 10 às 16 horas ou outros horários, dependendo da organização delas, com quadros reduzidos. Funcionários estão trabalhando no atendimento ao público, sim, porque há entrega de cesta básica, entrega de Cadernos Trilhas de Aprendizagem, que estão indo para as escolas, e também matrículas, porque temos recebido matrículas que vêm de outras redes e da rede privada. Então, ao se falar de um PL para uma possível volta, diz-se que não precisa constar a questão dos concursos. O que precisa constar é uma boa vontade política, uma boa vontade realmente administrativa, porque na escola de hoje estão faltando pessoas, sim! Não se pode

pensar daqui a alguns meses. Por que não organizar agora? Por que não começar a chamar os concursados que estão aguardando? Está tudo pronto!

Concluindo, além da questão dos concursos há outra questão. Quando falo de trazer essas pessoas para dentro das escolas, não é somente de pensar na ocupação de um cargo público, que é direito, mas também do serviço público prestado à comunidade. Quem entra em contato com as escolas vê que as pessoas que estão lá estão se desdobrando. Trazer aprovados do concurso irá auxiliar a escola de hoje, nesse processo de pandemia, a ficar mais organizada. É isso que trago para a reflexão, Vereador.

- Manifestação simultânea.

O SR. CHRISTIAN DE MELLO SZNICK - ... projeto se não há como se fazer hoje a coisa. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Christian, todo estiloso com esse chapéu moderno. Farei uma correção. Joélia, me perdoe. Fui corrigido aqui pela Mesa: o Vereador Caio se inscreveu no comecinho e eu pulei a fala dele. Perdoe-me, erro meu. Falará o Vereador Caio; depois, Joélia; depois, Vereador Suplicy.

O SR. CAIO MIRANDA CARNEIRO – Presidente, deixe a Joélia falar primeiro. Ela já estava inscrita, perdeu a vez. Eu falo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Joélia, por favor.

A SRA. JOÉLIA AGUIAR – É verdade. Bom dia a todos e a todas. Sou a professora e sou falo também em nome do Sindicato da Educação Infantil – Sedin. Nosso sindicato, anteriormente, já havia externado sua posição sobre o retorno, que nós inclusive

priorizamos e pautamos nas audiências públicas. Sem a vacina, é impossível a volta dos alunos da educação infantil.

Entendemos que a educação infantil é de zero a seis anos. O Sedin concorda com o PL 441, do Vereador Antonio Donato, porque esse PL, estruturalmente, dá uma condição necessária, inclusive quando houver uma vacina, para a organização de um retorno. Quando, lá atrás, foi aprovado o projeto que autorizava compras de *voucher* na educação infantil, o Sedin se posicionou contrariamente. Nós inclusive alertávamos que isso seria a ponta de um *iceberg* da terceirização da rede pública, iniciando pela educação infantil – CEIs e EMEIs.

Nós educadores de toda a rede – mas falo pelo Sedin – repudiamos compras de vagas na educação pública. A diminuição e a desistência das escolas particulares soam como uma providência divina, porque temos um problema: o número altíssimo de alunos em sala de aula. Isso não acontece na rede particular. Então, neste momento, todos os empresários, e não só os das escolas particulares, têm que lidar com o sacrifício. Todos os empresários neste momento estão lidando com um problema. Então, não é só uma categoria de empresa que está tendo dificuldades. Temos que favorecer a vida, e não empresas.

O Poder Público já está com uma dificuldade, com a qual tem que lidar: a demanda nas escolas públicas, um grande número de escolas e de crianças. Queremos lembrar que a educação infantil é um direito da criança, não é um direito do pai ou da mãe de deixar seu filho na escola para poder trabalhar. A criança tem o direito a essa vaga. Queremos lembrar que a Prefeitura, ao invés de construir mais escolas, vem com um projeto de lei, o 452, propondo compra de vagas. Somos terminantemente contra, não pode haver isso.

A Prefeitura deve devolver os prédios públicos que estão terceirizados. A Prefeitura tem que redimensionar, reestruturar e construir mais escolas. Essa é a obrigação do Poder Público, e é isso que vamos exigir da Prefeitura, do Prefeito Bruno Covas, com a compreensão do Sr. Secretário. Consideramos absurdo que os donos de escolas particulares mantenham seus negócios com o dinheiro público.

Então, deixo nosso repúdio ao projeto de lei 452. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, professora. Vereador Caio Miranda.

O SR. CAIO MIRANDA CARNEIRO – Obrigado, Presidente. Serei superbreve. No Facebook, neste momento, há mais de 1 mil pessoas ao vivo participando, comentando, e no Youtube, 3,7 mil pessoas *online*. Esta audiência está sendo bastante concorrida.

Eu queria aproveitar para dizer que os Vereadores, quando falam – e falo por mim - , trazem opiniões de vários agentes interessados no tema, sejam educadores, sejam pais, sejam estudantes. Porque, sim, os estudantes também têm voz, também têm sua importância e têm trazido essa reclamação em relação à falta de assistência psicológica e pedagógica. A depressão e outras manifestações preocupam muito os estudantes da rede municipal.

Aproveito a presença do Secretário Bruno Caetano para dizer que vejo alguns pontos positivos no projeto, que tem alguns alinhamentos com a PEC do Fundeb. Essa PEC, que foi aprovada agora na Câmara dos Deputados e vai para o Senado, prevê que a destinação de recursos para entidades privadas em fins lucrativos seja possível. Então, é importante, se o Município aprovar qualquer coisa nesse sentido, que fique expressamente dito que é para entidades privadas sem fins lucrativos, em caso de necessidade. Se se deixar

margem para que haja repasse para entidades privadas com fins lucrativos, o projeto estará claramente manchado de ilegalidade, será judicializado e anulado. Então, temos que evitar tudo o que pode resultar em ilegalidade.

Também a informação trazida, de que a Rede Globo falou de mais de 5 mil pedidos de vagas na rede municipal, mostra que crise econômica está fazendo com que as pessoas tirem seus filhos das escolas particulares para colocá-las na rede pública por causa do desemprego e da crise econômica; uma rede pública onde há quase 600 mil alunos matriculados. Então, quero saber do Secretário se o Governo está disposto a rever os trechos do texto que achamos que têm problemas de legalidade. Porque o Governo pode estar com as melhores intenções, mas sabe que a demanda está aumentando e que a capacidade de aumentar vagas de rede direta é limitada – seja por falta de recursos, seja por questão de Previdência, seja pela falta de tempo hábil. A transição para que se criem as vagas diretas enquanto a demanda aumenta, e isso não ocorre na velocidade necessária, tem que ser feita com muito cuidado. O texto, como disse o professor Claudio Fonseca, tem característica de programa. Ele está prevendo uma reestruturação para os próximos anos, e acho isso positivo. Mesmo que haja eleição neste ano – e a gestão ano que vem pode ser a mesma, mas pode não ser -, o Governo está pensando na continuidade. Os alunos da rede particular já estão reclamando da falta do EAD, e na rede pública essa falta ainda é maior, porque além da falta de acesso à internet há a falta de acesso a dispositivos capazes de permitir o ensino a distância – seja pelos alunos, seja pelos professores. Então, Secretário Bruno Caetano, eu gostaria de saber se vocês têm condição de rever esse aspecto da legalidade, de não se deixar

margem, em hipótese alguma, para que haja repasse para entidades privadas com fins lucrativos. Porque, se isso acontecer, será judicializado e gerará um grande problema para todo mundo.

Para encerrar, um segundo ponto: se o Secretário já teve contato, acesso ao documento do Laboratório do Mackenzie. Eu até anexe a contribuição do LPP do Mackenzie como sugestões. O Professor Valter Caldana ligou para nós e deu sugestões de adaptações da política pública para que as escolas sejam mais inclusivas, mais seguras do ponto de vista da saúde e contemplem atividades que envolvam a comunidade para que, quando ocorrer a retomada, ela ocorra da melhor forma possível.

Era isso, Presidente. O anexo está aí, mandei pelo *chat*, caso o Secretário queira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Vereador Caio Miranda. Pergunto se está presente algum representante da Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo - Aprofem. (Pausa)

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE – Estou presente sim, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Margarida, a palavra é sua por três minutos. Depois, o Vereador Eduardo Suplicy.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE – Boa tarde a todos os Vereadores que estão aqui ou participando virtualmente, a todos que nos ouvem, aos colegas sindicalistas, profissionais de educação.

A Aprofem representa mais de 60 mil servidores públicos municipais, dos quais

quase 90% pertencem à educação. A questão da minuta do protocolo, que foi mencionada desde o início, não passou de uma cortina de fumaça para deixar todo mundo preocupado com aqueles absurdos que ali estão – pois não é possível implementar isso de imediato na rede municipal - para esconder a verdadeira intenção, que era a de fazer passar devagarzinho, na surdina, a toque de caixa, pela Câmara, o PL 452. Esse sim é o que mais nos preocupa, porque, até o próprio Prefeito já fez questão de dizer que está preocupado com a Saúde e que não abrir escola enquanto não for seguro. OK. Isso não vai acontecer neste ano. Segurança não vai haver, por mais que o Sr. Governador tenha flexibilizado o critério para colocar a Cidade em condição de possibilidade de abertura. Nem assim vai ser possível.

O que importa mesmo é esse PL 452, que já está caracterizado como um projeto eivado de inconstitucionalidade e de ilegalidade, que traz, no seu bojo, já no artigo 3º, por exemplo, a ampliação da permanência dos alunos na escola. Aí ele já agride a autonomia das escolas, ao dizer que vai ser por adesão ou por definição da própria SME. Isso já está desconsiderando as decisões do próprio conselho de escola.

Isso para não falar da privatização absurda desse emprego de verba pública da Educação, para socorrer as escolas particulares, que estão perdendo alunos nessa pandemia. Isso é inconstitucional, isso é gastar verba pública com a escola privada.

Falam que é importante cuidar da saúde das crianças. Isso é absolutamente necessário. Agora, fazer isso, por meio de contratos com OSs? Isso também é pegar o dinheiro da Educação e jogar para empresa privada de Saúde.

A questão dos contratos ampliados já foi falada. Têm que chamar concurso público.

Há concurso em vigência. Vamos fazer primeiro a chamada de concurso. Depois pensem em contratos.

Quanto à questão dos uniformes e materiais escolares, isso é uma jogada de *marketing*. Em ano de eleição, um Prefeito que é candidato à reeleição está usando isso, na Câmara, para poder fazer sua campanha eleitoral. Nós não podemos concordar com isso. Esperamos que os Vereadores da Casa tenham sensibilidade de analisar isso com bem pé no chão e cabeça fria, e rejeitar esse projeto, que não tem condições de prosperar, porque vai comprometer a Educação pública de qualidade neste Município. É preciso investir mais na rede direta, e não em privatização.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy. (Pausa) Tem a palavra a nobre Vereadora Juliana Cardoso. (Pausa)

Tem a palavra o nobre Vereador Reis.

O SR. REIS – Cumprimento o Sr. Presidente João Jorge, o Sr. Secretário Bruno Caetano, todos os Colegas Vereadores e todos que estão nos acompanhando pelo sistema virtual, pelo Youtube, pelo Facebook e pelo *site* da Câmara Municipal.

Sr. Presidente, eu já ouvi aqui várias pessoas, inclusive o Sr. Secretário. Essa questão do não retorno às aulas é de suma importância, para que a gente possa ter o real entendimento disso.

Na fala do Sr. Secretário, S.Exa. externou que não está previsto o retorno, na data que estão colocando, dia 08 de setembro. O Datafolha fez uma pesquisa e constatou que 76%

da população são contrários ao retorno da abertura das escolas. Ou seja, a comunidade não tem segurança, pelos riscos que correm as nossas crianças e obviamente seus familiares. Então, é de suma importância que tenhamos esse entendimento, de que não é a hora do retorno. Não há como retornar, porque nós temos que preservar as vidas. É de suma importância que o Estado faça a garantia das vidas. As vidas das crianças, dos jovens, dos adultos e dos idosos importam, sejam as vidas brancas, amarelas e negras.

Então, há toda essa garantia que está no artigo 5º da Constituição Federal, que a vida é inviolável, e tem que ser garantida. Então, o Estado tem que ter todo esse entendimento, de que ainda não é o momento do retorno. Temos que buscar a vacina, para garantir a imunização.

O Prof. Eduardo Massad, da FGV, fez uma estimativa, que, nos primeiros quinze dias, cerca de 1.557 crianças poderiam morrer, vir a óbito, no caso da abertura das escolas. Ele falou o número de 17 mil. Depois ele se desculpou, dizendo que errou. Não importa se é uma vida ou se são mil ou dez mil. Então, nós temos que garantir que a vida seja preservada.

Com relação ao projeto, seria bom que o Sr. Secretário pudesse pedir a sua coordenadora jurídica ou à assessora jurídica da Secretaria de Educação que pudesse contestar as inconstitucionalidades que foram apresentadas aqui pela Procuradoria da Câmara.

Então, a Câmara apresentou um parecer. Nele ela traz algumas questões que dizem ser inconstitucionais, ilegais. Já que o Sr. Secretário falou que tem como refutar todos esses apontamentos, seria importante esse ponto, para que isso ficasse claro. Eu até tenho alguns pontos, no projeto, que entendo que não sejam inconstitucionais, porque o uniforme já é

uma política. Existe uma lei autorizando a entrega de uniformes e material escolar. Podem entregar, de forma direta, ou licitar as empresas fornecedoras e credenciá-las; e as pessoas irem pegar esses uniformes nessas empresas. Com isso, estariam economizando recursos em logística, em armazenamento e em transporte. São coisas que temos que avaliar melhor.

Há a questão, por exemplo, da permanência. Quer dizer, nós não precisaríamos estar discutindo certas questões nesse projeto, porque ele virou um x-tudo. Ele trouxe vários temas em um único projeto. Há a questão da limpeza. Já há muito tempo os diretores vêm reclamando da falta de funcionários para limpar a escola. Há muito os diretores de escolas reclamam da falta de profissionais para limpeza, porque foi redimensionada a forma de contratação; e há essas reclamações com relação à limpeza.

Eu entendo que aqueles que estão nos concursos públicos e passaram nos concursos devam ser chamados antes dessas contratações. Eu acho que só os concursos não vão dar conta, porque há CEUs que não serão entregues. Então, realmente há uma necessidade, de que se contrate mais mão de obra. Isso é fruto de várias reclamações do dia a dia, quando a gente encontra os profissionais de Educação.

Então, eu acho que, quanto à questão da legalidade, seria bom que a assessora jurídica da Secretaria de Educação pudesse, diante do parecer que foi dado aqui pela Procuradoria, apontar, fazer os apontamentos e refutá-los.

(NÃO IDENTIFICADO) – Sr. Presidente, meus familiares estão presentes aqui e se inscreveram para falar. Só falou Vereador e entidades. As famílias estão participando da audiência.

O SR. WELLINGTON SOUZA – Eu sou pai de aluno. Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Tem a palavra o Sr. Hector Batista, Presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas.

O SR. HECTOR BATISTA – Boa tarde. Sou Presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas, uma organização que, há 72 anos, vem aqui lutando em defesa da escola pública e pela garantia da vida e dos sonhos dos estudantes paulistas. Hoje a gente está aqui, nesta Casa, discutindo a retomada das aulas. Há um projeto, quando a gente está aqui discutindo vidas, as vidas das nossas crianças, as crianças que hoje têm sonhos e precisam aqui ter um futuro. Quando a gente fala sobre isso, tem que se basear se a escola pública está preparada hoje para receber os estudantes novamente. Como estão os dados hoje? Hoje temos dados aqui de uma curva que não diminui, e pessoas morrem todos os dias, principalmente aqui no Estado de São Paulo.

Então, nós precisamos, neste momento, nos preocupar com as vidas, com a segurança das nossas crianças, das nossas famílias e também dos nossos professores.

Nós tivemos uma vitória muito importante na última semana, que foi a aprovação do Fundeb permanente, que é uma luta dos estudantes, das entidades estudantis e dos professores. E, hoje, entendendo essa realidade, a UPES e a UBES se colocam aqui construindo diversas campanhas na qual vimos discutindo a realidade, como, por exemplo, o projeto de lei de celular para quem precisa, para que haja mais tecnologia dentro da escola. Há também o projeto Internet para Geral, o Estudo para Geral, que mostra que a escola hoje não está pronta, que a escola não tem estrutura e que hoje nós precisamos nos preocupar com

uma escola pública de qualidade e que visa a defender os nossos sonhos. É para isto que nós estamos aqui: pela nossa escola e em defesa da vida, dos nossos jovens e do povo paulistano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado.

Tem a palavra o Vereador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Obrigado.

O primeiro ponto, Secretário Bruno Caetano, Presidente João Jorge e Presidente Eliseu Gabriel, diz respeito à proposta de parceria com instituições privadas. Em lugar de convênio, é contrato? Em que medida fica a responsabilidade do Município em respeito à qualidade do ensino? Esta é uma questão muito importante: se não está o projeto desresponsabilizando o Município.

Outro ponto importante a ser ressaltado é a questão dos aprovados em concurso. É muito importante que seja garantido que eles venham a ser chamados.

Com respeito ao transporte escolar, já que o projeto de lei não especifica adequadamente, pergunto como vai ser regulamentado o transporte escolar para garantir o transporte dos estudantes.

Também uma questão que o projeto de lei não abrange é sobre os contratos de limpeza. Levando-se em conta as diversas dificuldades que inclusive nós, ao visitarmos escolas, verificamos, o número não adequado de trabalhadores na área de limpeza, em que medida isso está sendo considerado?

Finalmente, um apelo ao Secretário Bruno Caetano, porque já faz mais de dois

meses que, juntamente com a ex-Prefeitura e Deputada Federal Luiza Erundina, solicitamos que pudesse a direção da Unas, em Heliópolis, ter um diálogo com o Secretário de Educação a respeito de que passos estão sendo dados para garantir que o bairro de Heliópolis possa estar efetivando o propósito do chamado projeto Bairro Educação, que tantos benefícios levaram à Heliópolis. Não há problema de se fazer isso com um novo gestor, mas é preciso se garantir a importância da realização de todo o histórico tão positivo das iniciativas do chamado projeto Bairro Educação, e a comunidade deseja muito ter a oportunidade de um diálogo com o Secretário Bruno Caetano. É o apelo que eu faço.

Muito obrigado, Presidente.

- Assume a presidência o Sr. Reis.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Vereador Eduardo Suplicy.

Tem a palavra a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada, Presidente. Espero que estejam me ouvindo bem. Cumprimento todos os Vereadores e Vereadoras e, com muito carinho, os pais e mães.

(NÃO IDENTIFICADO) – Se a senhora tivesse carinho, ia perceber que Vereador tem fala no Plenário e no Plenário Virtual e todos os que estão aqui representados não falaram ainda.

- Assume a presidência o Sr. João Jorge.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Quem se pronunciou?

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Desculpe, Vereadora Juliana. Só um minutinho, Vereadora. Quem se pronunciou?

A SRA. JULIANA CARDOSO – É bem ruim quando uma Vereadora, das poucas mulheres que há aqui, seja interrompida em sua fala.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Pode continuar, Vereadora. Por favor.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Quero começar o diálogo com essa relação do entendimento das opiniões que nós temos a favor dos pais e mães. Eu sou mãe, e o meu filho, Secretário, estuda em escola pública e, por isso, eu tenho muito respeito pelas escolas públicas.

Hoje eu quero dialogar com V.Exa., Secretário, e com os demais Vereadores do Governo sobre esse projeto de terceirização, de entrega, um terceiro patamar, porque se antes nós tínhamos a escola pública, hoje nós temos a escola da rede terceirizada, e o que V.Exas. estão fazendo é subir mais um degrau, colocando recurso público nas escolas privadas. Acho que V.Exas, Vereadores, sabem disso, porque acredito que seus filhos estudem em escolas privadas, que precisam ter recursos não só para mensalidade, mas para os materiais didáticos, para os uniformes, para o aluno poder participar da relação pedagógica para poder fazer o trabalho. E essa não é a realidade das escolas públicas, que vive uma relação de comunhão, de comunidade.

Quando vocês sobem mais um degrau ao aprovar um *voucher* para a iniciativa privada, vocês estão tirando oportunidades das crianças, e eu ainda nem entrei na questão da pandemia. A escola em que o meu filho estuda, Secretário, tem 1.200 alunos e tem muita

dificuldade com a manutenção. Os banheiros quase não têm portas nem têm sabonete, e falta recurso para comprar o papel higiênico. Então, como V.Exas., Vereadores e Vereadoras querem que os alunos frequentem uma escola que tem poucos recursos para sua manutenção? V.Exas. não estão ouvindo os professores, os profissionais de saúde, muito menos os pais.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Vereadora Juliana, conclua, por favor.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Presidente João Jorge, já que V.Exa. foi Secretário da Casa Civil, Líder de Governo, e o que eu gostaria de estar discutindo aqui com V.Exa. e com Secretário é sobre qual o recurso de Wi-Fi gratuito que vai ser disponibilizado na escola para que os alunos possam fazer as aulas. O que que gostaria de estar discutindo aqui, Vereadores, é qual o equipamento que o Poder Executivo vai entregar para os professores, que sequer têm celulares e computadores direito para poderem dar aula. V.Exas. sabem qual a dificuldade que os professores têm para dar as aulas? Não sabem.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Vereadora Juliana, conclua.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eles estão trabalhando mais de 18 horas. A professora do meu filho, por exemplo, manda a lição para a semana no domingo à noite.

Por isso, eu peço aos Vereadores e Vereadoras que revoguem esse projeto de lei ou o transforme num projeto acolhedor e humanizado, a fim de que as nossas crianças, pais e professores tenham um atendimento melhor.

Muito obrigado, Presidente, pela tolerância e me desculpe a pessoa que me interrompeu, mas é necessário sempre abrir espaços de fala para as mulheres, inclusive no

Parlamento, porque somos poucas para falar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado.

As pessoas estão reclamando, e com razão, porque são muitos os inscritos para o pouco tempo que dispomos. Portanto, eu vou seguir a ordem dos inscritos. Eu falei com o Secretário, que concordou em atrasar mais um pouquinho a reunião, apesar do seu compromisso. Nós tínhamos nos comprometido a liberá-lo até as 13h, mas ele concordou em abrir uma exceção até as 13h30, nos 15 minutos finais.

Agora eu vou abrir a palavra para mais um presente, a Sra. Carina Vitral, que representa a UJS; depois, para alguém das famílias, que está inscrito, o Wellington Souza; depois para os Vereadores João Jorge, Jair Tatto, Rute Costa, Fabio Riva e José Police Neto.

(NÃO IDENTIFICADO) – Presidente, também foi solicitada a palavra para o Crece, que é importante que se posicione.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – É, mas como eu estou com muitos inscritos aqui, eu vou abrir a palavra conforme o tempo e a ordem de inscrição.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Tem a palavra a Sra. Carina Vitral; após, o Sr. Wellington Souza.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Presidente, eu também me inscrevi para falar.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Vereador Alessandro, para ser honesto, vai ser difícil. A não ser que todo mundo fale apenas um minuto.

Tem a palavra a Sra. Carina. Por favor.

- Manifestação.

A SRA. CARINA VITRAL – Boa tarde aos presentes, a todos que acompanham esta audiência pública muito mobilizada através da internet e a todos os Srs. Vereadores e aos Secretários que estão aqui presentes.

Meu nome é Carina Vitral e eu sou da União da Juventude Socialista, que acompanha essa luta em defesa da educação e do movimento estudantil há muitos anos. Esta pandemia é uma situação completamente atípica no nosso país.

Em defesa da Educação e do movimento estudantil há muitos anos. Esta pandemia é uma situação completamente atípica no nosso País. Vimos o descaso e a dificuldade que foi de impor um isolamento social. Infelizmente, chegamos a situação onde mais quatro meses que a pandemia está aqui, as nossas crianças estão trancadas em casa. Isso com certeza tem a ver e influencia com a saúde mental das nossas crianças, com uma sobrecarga enorme das mulheres que têm de cuidar das tarefas domésticas e sobrecarrega as mulheres que não tem um companheiro para dividir as tarefas e o cuidado com o filho. O ensino à distância também sobrecarrega as mulheres porque a criança não fica sozinha na frente de um computador assistindo a uma aula ou fazendo uma lição.

Então, é uma situação muito difícil, mas nós, mulheres, precisamos e somos responsáveis nesta sociedade pela vida da nossa comunidade, pela vida dos idosos. Acima de tudo isso é uma irresponsabilidade hoje pois não há nenhum estudo que mostre que possamos fazer essa volta as aulas com segurança. Aquele matemático da FGV que projetou que se o

Brasil inteiro voltar as aulas serão 17 mil crianças mortas. Hoje temos o número de 300 crianças contaminadas abaixo de cinco anos. Saltar de 300 crianças para 17 mil é uma irresponsabilidade que nós, mulheres, não deixaremos que aconteça.

Eu ainda não tenho filho, mas ouvi muitas mulheres que têm filhos e disseram estar sobrecarregadas, que os filhos estão desesperados para ver os colegas, mas que não podem colocar a vida deles em risco, a vida dos parentes e idosos que estão em casa porque a criança pode ter uma taxa de contaminação menor, mas ela pega o vírus assintomático e leva para casa e contamina seus pais, a comunidade e os idosos.

Precisamos de uma medida enérgica para conter o coronavírus para que a gente se livre disso. Só pode voltar as aulas quando houver vacina. Seria prudente se a Prefeitura e o Estado tivessem discutindo um protocolo para voltar no ano que vem. Talvez a gente possa voltar o ano que vem, mas agora em setembro? Se a gente cancelou o Ano Novo, a gente vai voltar em setembro as aulas e colocando as crianças, bebês no colo de educadoras? Como garantir o isolamento social com bebês na creche?

Queria terminar dizendo que nós, da Bancada Feminista, organizamos um abaixo-assinado online que já tem mais de cinco mil assinaturas e ainda está correndo e gostaria de entregar aqui uma cópia virtual, porque não há necessidade de imprimir, ao Secretário de Educação, para esta CCJ e para a Comissão de Educação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) - Obrigado. Próximo, Wellington Souza. Está presente?

O SR. WELLINGTON SOUZA - Sim. Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) - Sim. O senhor tem três minutos.

O SR. WELLINGTON SOUZA - Sou pai de aluno da rede municipal de Educação e tenho dois filhos: um na EMEI e outro na EMEF. Também faço parte do Crece Ipiranga e gostaria que a audiência concedesse fala ao Crece Central para que pudesse participar.

Pelo Crece Ipiranga, posicionamo-nos contra o PL que está proposto pela Secretaria e pelo Prefeito Bruno Covas. Não existe distanciamento social entre as crianças. Então, não é momento de abrir as escolas. Os pais entendem a necessidade, entendemos que algumas famílias precisam da escola, mas estamos pensando em um todo. Estamos pensando em um momento que precisamos preservar as nossas vidas, das nossas crianças e dos nossos profissionais.

A Secretaria, neste momento de pandemia, acabou com o contrato e demitiu as empresas terceirizadas das escolas. Não temos segurança, não tem pessoal de limpeza e estão mandando álcool 40% para fazer higienização da escola e não dão garantias aos profissionais de educação e muito menos para as famílias de como será o retorno as aulas na questão de segurança.

A comunidade escolar da DREI Ipiranga, através dos Conselhos de Escola, aqueles que estão conseguindo se reunir neste momento de pandemia, manifestam-se contra o retorno das aulas.

Gostaria de fazer uma denúncia. A última DRE que irá participar deste ciclo de escuta - suposta escuta - do projeto Fala Rede será a DRE Ipiranga e de forma antiética,

antidemocrática e sem transparência censurou as mães indicadas pelo Crece e que pelas próprias palavras da dirigente de ensino Marta Malheiros, da Diretoria de Ensino Ipiranga, o Crece não representa as famílias. Exigimos respeito à nossa representação e a garantia assegurada pela Lei. O Crece é reconhecido por lei. Existe um decreto que legitima a nossa participação. Então, por favor, Sr. Secretário, converse com a Diretoria do Ipiranga e faça com que as famílias participem. As mães, principalmente as mães que estão em casa com as crianças, não podem ser censuradas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) - Obrigado. Tem a palavra o nobre Vereador Fabio Riva. Depois, Jaqueline Cibele Vioto Rinaldo.

O SR. FABIO RIVA - Sr. Presidente, vou abrir mão da minha fala, porque de forma democrática vou parabenizar V.Exa. porque estamos em um debate bastante respeitoso. Isso é que vale e enriquece o Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) - Obrigado, Líder do Governo Fabio Riva.

Agora, Jaqueline Cibele Vioto Rinaldo.

A SRA. JAQUELINE CIBELE VIOTO RINALDO - Boa tarde a todos. Sou Jaqueline e diretora EMEI Nelson Mandela, da DRE Freguesia/Brasilândia.

A nossa escola tem como nome e como patrono Nelson Mandela, líder sul-africano que dedicou a sua vida a causas humanitárias e o nosso projeto preza pelo respeito, pelo cuidado com o outro e é realizado de acordo com valores inspirados nas sociedades africanas e afro-brasileiras como o comunitarismo e coletividade. São baseados nesses princípios que

praticamos no dia a dia na EMEI Nelson Mandela que hoje venho trazer as falas das famílias porque fizemos uma reunião para construir uma fala coletiva de todos os educadores - educadores do apoio, educadores da limpeza, educadores da cozinha, educadores das salas e da gestão - e precisamos pedir à vocês que todas as ações sejam pautadas pela preservação das vidas e não somente pautadas em segurança jurídica, em segurança constitucional e sempre pela preservação da vida de todos os envolvidos nesse retorno: alunos, famílias, funcionários.

Pedimos que se pense com o devido cuidado nas condições emocionais em que estão atualmente os nossos alunos, famílias e funcionários. Posso falar com propriedade disso porque na nossa unidade escolar a coordenadora pedagógica testou positivo para Covid, foi hospitalizada, ficou em UTI, foi entubada. Soubemos o que foi acompanhá-la à distância, sem poder visitar com medo que ela não voltasse e morresse no hospital. Ela deixou ontem a UTI. Isso poderia não ter acontecido. Então, precisamos cuidar muito desse acolhimento.

Pedimos que não se pratique terrorismo, ameaçando as famílias com perda de vaga caso decidam não levar seus filhos após o retorno. Isso é inadmissível, as famílias têm de ter o direito, sim, de preservar os seus filhos dentro de casa. Pedimos que caso este retorno realmente ocorra, que não se culpabilize as escolas pelo caos que será instaurado. Teremos um aumento gigante de casos. Que as escolas não sejam culpabilizadas pelo que vai acontecer.

Queremos construir protocolos, queremos voltar com segurança e não vamos admitir depois sermos culpabilizados pelo caos que acontecerá. Ele é previsto. Estamos topando o risco desse caos quando falamos em retorno.

Para finalizar, para que todo mundo possa falar porque pouca gente será ouvida em uma audiência pública, eu quero frisar que as educadoras da cozinha estão recebendo somente 30% do salário e não integralmente. Que a gente dá a notícia correta e não somente uma parte dela. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) - Obrigado, Jaqueline.

Vereadora Rute, só um minutinho. Vou passar para uma pessoa da lista dos representantes e depois passo para V.Exa. e para o Secretário em seguida. Os demais, perdoem-me, mas são centenas. Simpro, Sindicato dos Professores de São Paulo.

O SR. JAIR TATTO - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) - Vereador Jair Tatto, tem o senhor, tem o Pollice, o Alessandro Guedes, João Jorge...tenho listas aqui, Vereador, sinto muito.

O SR. JAIR TATTO - Sou componente do Comitê Emergencial.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) - V.Exa, fala em um minuto?

O SR. JAIR TATTO - Falo em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) - Tem a palavra o nobre Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO - Sr. Presidente, quero saudar a todos, o Secretário que está aí e o Presidente Eliseu Gabriel, que junto conosco instalou o Comitê de Emergência que se tornou um instrumento extraordinário para ouvir todos os segmentos ligados à Educação, à

Saúde e quero dizer a vocês que este instrumento extraordinário ouviu a todos e todas e é uma unanimidade com relação a esse PL que, para mim, esse PL do Executivo é a possibilidade de mais um suicídio coletivo para a sociedade paulistana, para São Paulo como Estado e para o Brasil.

Na minha opinião, Sr. Secretário, não há mais dúvida.

Então, para resumir e não ser repetitivo, eu considero que este PL, primeiro, poderia vir de maneira inversa, propondo a não volta às aulas. Como ele veio dessa forma trágica, em minha opinião, e com um monte de “jabutis” no meio, eu faço uma proposta concreta: que este PL, que veio do Executivo, não seja apenas arquivado, que ele seja rasgado e triturado. Este PL, repito, trata da possibilidade de mais um suicídio coletivo para a sociedade paulistana.

Eu quero, então, parabenizar o Presidente Eliseu Gabriel, a Comissão de Educação que instalou este comitê emergencial, que não deixou um item, um elemento para trás, em todos os aspectos, no que diz respeito ao perigo que é a volta às aulas.

Volta às aulas ainda não.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado ao Vereador Jair Tatto e à Vereadora Rute Costa.

Comprometi-me a chamar o último de uma lista aqui, o representante do Sinpro, Sindicato dos Professores de São Paulo. Tem alguém presente? Seguindo a lista.

(NÃO IDENTIFICADA) – Presidente, por favor, eu componho o comitê de crise e eu

gostaria de falar. O senhor deu a palavra para todos os sindicatos e não vai dar a palavra...

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Eu dei a palavra conforme a ordem de inscrição. Eu tenho três listas. Eu estou seguindo a lista conforme a ordem de inscrição, e eu tenho tempo.

Não tem ninguém do Sinpro? Sindicato dos Professores de São Paulo?

(NÃO IDENTIFICADA) – Vereador, responda para mim.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO JORGE) - Vereadora Rute Costa... Eu me comprometi com o Secretário... Quem está falando? Está representando o Sindicato? Não está.

Desculpe, mas eu tenho uma lista aqui. Não é só a senhora. São mais de 200 pessoas...

(NÃO IDENTIFICADA) – Eu não quero saber de lista...

(NÃO IDENTIFICADA) – Só os Vereadores estão falando e os inscritos estão ficando sem falar.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) - Por favor, Vereadora Rute Costa.

Os Vereadores têm direito a falar.

- Falas simultâneas. Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Por favor, cortem o microfone. Podem cortar.

Vereadora Rute Costa, por favor.

A SRA. RUTE COSTA – Boa tarde, senhores e senhoras.

Eu falo agora, até porque sou relatora...

(NÃO IDENTIFICADA) – Mas você não está respeitando a lista.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Vereadora Rute Costa, da CCJ, que está fazendo esta audiência pública, Relatora do projeto. Por favor, a Assessoria corte os microfones dos que estão se manifestando.

A SRA. RUTE COSTA – Seria muito indelicado da minha parte também não ter uma palavra, um pronunciamento aqui, já que relato este projeto, que sou Relatora deste projeto.

Eu acho que daqui, nós estamos em uma posição muito favorável, porque todos somos favoráveis à Educação: à Educação equitativa, à Educação inclusiva. E a Educação, senhores, está acima de pensamentos ideológicos e pensamentos políticos, aqui não cabe esse tipo de pensamento ideológico e político. O que nós estamos hoje decidindo é o futuro das crianças de São Paulo e dos alunos. Aqui não se fala mais de infantil, mas também se fala de retorno às aulas.

Então, quando alguém fala que existe interesse de pensamento ideológico e político aqui, a esse tipo de pensamento vocês me permitam o meu repúdio. Eu repudio, porque nós aqui estamos falando de algo, de uma premissa maior, que se chama Educação. E Educação, como falou muito bem o nosso querido Eliseu Gabriel, não trata só de Educação e de acolhimento físico, porque muito aqui se falou sobre alunos sem internet, professores sem internet e pessoas sem condições para estarem dentro das salas de aula e acessarem conhecimento. Senhores, eu quero falar para vocês que Educação é mais que isso, é um acolhimento também emocional. O Vereador Eliseu Gabriel falou muito bem a respeito disso, sobre o acolhimento emocional em um momento de pandemia, em um momento em que

ninguém sabe... Não existe uma fórmula, não existe algo que nós possamos seguir. Mas nós temos algo a seguir, que se chama meta de Educação. A nossa meta de Educação qual é? É formar um ser humano capaz de pensar. É formar um ser humano capaz de criticar. E a Educação é uma tentativa de criar algo novo. É de formar mentes críticas. É de formar pessoas que encontrem novas soluções. E é este espírito de Educação que eu evoco nesta tarde. Vamos criar novos caminhos para esta Educação? Sim. Vamos criar, sim, novos protocolos, vamos buscar. Mas o que nós queremos, de verdade, é que esta Educação seja algo efetivo e bom para todos os paulistanos.

Eu vim aqui, hoje, neste dia, para ter a minha escuta aguçada. Vim aqui com o coração aberto e com vontade de escutar o que interferisse e pudesse trazer para São Paulo uma contribuição efetiva, uma contribuição verdadeira, não só para os alunos. Eu estou vendo aqui vocês falando das crianças, mas não se trata só dos alunos, não. São professores. Aqui já foi falado de gente que limpa, de gente que dá aula. Tem muita gente envolvida nisso tudo. Então, vamos fazer e valorizar cada um.

Eu, como Relatora, a minha frase é: estou com o ouvido aguçado. Quero o melhor para a população de São Paulo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Vereadora Rute Costa, Relatora do projeto.

Estamos partindo para o encerramento. O Secretário Bruno Caetano assumiu o compromisso conosco que ficaria aqui até às 13h, por duas horas. Eu pedi para que ele ficasse

até às 15h.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Corte os microfones de quem está online.

Eu fiz um apelo para que o Secretário ficasse um tempo a mais para que ele pudesse ouvir mais umas entidades, que foram ouvidas; mais alguns populares, que foram ouvidos; mais alguns pais, que foram ouvidos, e os Vereadores aqui presentes. E para alguns Vereadores, eu lamento, eu peço desculpas – Alessandro Guedes, José Police Neto -, aos Vereadores que se inscreveram. Há vários Vereadores inscritos aqui e para quem peço desculpas e para todos aqueles que não falaram.

Eu vou passar ao Secretário da Educação, Bruno Caetano, para suas respostas e considerações finais e, depois, passarei ao Presidente da Comissão de Educação, Eliseu Gabriel, para que se manifeste.

- Manifestações simultâneas. Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Eu apenas vou fazer uma colocação, Secretário Bruno Caetano, de uma informação que eu recebi agora, não sei se procede e eu queria saber...

- Manifestações simultâneas. Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Eu peço para que desliguem os microfones, porque não é possível, em um mundo civilizado, várias pessoas falarem ao mesmo tempo.

Cortem os microfones.

Secretário Bruno Caetano, nós temos aqui...

O SR. ALFREDINHO – Eu também me inscrevi...

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Também ao Vereador Alfredinho eu peço desculpas, porque não vai conseguir falar.

- Manifestações simultâneas. Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Eu faço um questionamento ao Secretário como membro da CCJ, e o Vereador Eliseu Gabriel também se manifestou...

- Manifestações simultâneas. Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Não consegue cortar o microfone? É isso mesmo? Nossa, com toda essa tecnologia, não consegue cortar o microfone de quem está falando ao mesmo tempo? Que coisa? Que pena.

- Manifestações simultâneas. Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Então, fiquem falando todos aí e eu vou liberar o Secretário.

- Manifestações simultâneas. Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Se não conseguirmos cortar o microfone de dezenas de pessoas falando ao mesmo tempo, eu vou liberar o Secretário. Cortamos? Obrigado.

- Manifestações simultâneas. Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Acho que não.

Eu vou liberar o Secretário, então.

- Manifestações simultâneas. Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Secretário, eu tenho uma pergunta para o senhor. O senhor disse aqui, e eu recebi muito questionamento aqui, que não há uma data. O senhor falou que não há uma data. Muitos falaram que há uma data: “Há uma data, sim. Há uma data, sim”.

Nós ouvimos - e as pessoas estão me questionando aqui, inclusive pela rede -, sobre a data 08 de setembro, o que significaria esta data. Até porque alguém que me disse – inclusive, alguém que defende a volta o mais rápido possível -, que se voltarmos no dia 08 de setembro, na cidade de São Paulo, teremos ficado 172 dias sem aula. Cento e setenta e dois dias sem aula. E, aí, alguém manda algumas comparações aqui, que na África do Sul, foram 88 dias; que na Alemanha, foram 64 dias; que na Argentina, 152; que na Austrália, por exemplo, as creches nunca fecharam, e eu não sei se isso é verdade ou não. No Canadá, serão 108 dias. Na China, 114; na Colômbia, 139; na Coreia, 42; na Dinamarca, 30. Não sei se isso está certo. Na França, 55; Holanda, 70, e uma série aqui. E nós, ficaremos 172 dias com as escolas fechadas. O que significa esse dia 08 de setembro?

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Tem a palavra o Secretário Bruno Caetano.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Se o senhor conseguir falar. Se não tiver condições, eu libero o senhor. Por favor, Secretário Bruno Caetano.

- Manifestações simultâneas.

(NÃO IDENTIFICADO) – Lá, não morrem mil por dia. Lá, não morrem mil por dia.

- Manifestações simultâneas. Tumulto.

(NÃO IDENTIFICADA) – Por favor, Sr. Presidente, só queria saber em qual ordem o Crece está na sua lista. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Antes de passar ao Secretário Bruno Caetano, de novo, são mais de mil pessoas no *site* da Câmara; mais de 3.500 pessoas no Youtube. Nós ouvimos, daqui, dos representantes, 17 pessoas de entidades, mais o Crece que foi ouvido, sim. E os Vereadores, ouvimos alguns. Foram mais de 30 manifestações...

- Manifestações simultâneas. Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Então, foi o Crece Ipiranga que falou. Muito obrigado.

Então, tem a palavra o Secretário da Educação, Bruno Caetano, e cortem o microfone de quem está...

- Manifestações simultâneas. Tumulto.

O SR. BRUNO CAETANO – Trazer aqui, pessoal, uma palavra de tranquilidade, esse debate não se encerra aqui, aliás, peço licença por não poder ficar mais, não é por outra razão, Presidente João Jorge, porque às 14h30 assumi um compromisso com os educadores da DRE Santo Amaro, para continuarmos o Fala Rede.

Então, pessoalmente, hoje, se levarmos em conta o tempo de duração dos debates diários que faço sem exceção, todos os dias, desde que assumimos o compromisso de fazer esse diálogo franco com a Rede, esses diálogos não têm demorado menos do que quatro horas.

Então sairei daqui, inclusive, sem tempo de me alimentar adequadamente, de fazer meu horário de almoço, justamente para atender e continuar esse diálogo. Então esse diálogo, quero dar muita tranquilidade para quem está nos assistindo, para quem está participando, não se encerra aqui.

Trabalhei por oito anos nesta Casa, nunca fui Vereador, mas trabalhei aqui, sei que há outros fóruns, o próprio plenário, outras possibilidades de manifestação. Quando assessoriei aqui o Vereador Ricardo Montoro, tivemos, inclusive, a felicidade de auxiliá-lo na criação da Comissão de Legislação Participativa, iniciativa do Vereador Montoro, a quem eu assessorava. Então presamos pelo absoluto debate democrático e participativo. Antes de mais nada quero fazer aqui essa menção.

E estou saindo daqui a pouquinho desta audiência justamente para continuar o debate. Quem puder acompanhar basta entrar no site da Secretaria, no canal do Youtube, Educapref, canal oficial da Secretaria de Educação e verá que este Secretário, a partir das 14h30 estará em um novo debate tratando de assuntos relacionados ao projeto e sobretudo ao retorno às aulas.

Quero aqui fazer de novo uma fala de tranquilidade, ouvi a manifestação de todos com muita atenção. Quero dizer que compartilhamos com vocês desse sentimento de ansiedade e muitas vezes de angústia. Todos nós, sem exceção, vivemos privações nas nossas vidas. Sabemos que esse vírus afeta a nossa Cidade de maneira desigual, é preciso políticas públicas e a Prefeitura tem sido sensível a esse tema, para que possamos acolher a todos, especialmente aqueles que mais precisam.

Quero de novo trazer uma fala de tranquilidade em relação à Saúde. Em vários momentos ainda há uma absoluta incompreensão sobre a fala deste Secretário. Só retornaremos e agradeço o testemunho do Vereador Claudio Fonseca na conversa que teve com o nosso Prefeito Bruno Covas, fala que reforço aqui: só voltaremos com a orientação da Saúde e com o aval da Saúde.

Esses números que o Vereador João Jorge, Presidente da CCJ, trouxe são verdadeiros sim. O Vereador traz uma comparação sobre o retorno das aulas em vários lugares do mundo. São verdadeiros. É preciso também aprender com as experiências dos outros, com os acertos e, sobretudo, com os erros. E se existe alguma vantagem dessa pandemia no Brasil, é de que é tardia em relação aos países da Europa e da Ásia, que já estão numa fase diferente do combate ao coronavírus. Podemos aprender com eles.

- Manifestação simultânea.

O SR. BRUNO CAETANO – Peço educação. Ouvi a todos com transparência e paciência. Tenho feito isso todos os dias. Peço paciência a todos, respeito seu ponto de fala, não lhe conheço, respeito o seu ponto de fala e a sua angústia e compartilho dela porque sou ser humano, mas quero trazer uma palavra de tranquilidade a todos e a todas. Dizer que na cidade de São Paulo, quem continuará guiando as ações do Poder Público será a Saúde Pública. Não abriremos escolas por ceder à pressão de qualquer outra instituição, Poder, que não seja a Saúde. Se as pessoas não acreditam na minha fala que não é mera retórica, basta sair às ruas, as escolas continuam fechadas. Não há nada mais forte do que isso. Na cidade de São Paulo, diferente de outras cidades, inclusive, do Brasil, as escolas permanecem fechadas.

Sabemos da importância da Educação, partilhamos da fala do Vereador Claudio Fonseca, da centralidade da Educação presencial. Sabemos das dificuldades de aprendizagem que muitas crianças podem apresentar, mas não colocaremos a aprendizagem na frente da vida. A vida será e virá sempre em primeiro lugar nesta Administração. Então quero de novo reforçar o imperativo da Saúde.

- Manifestação simultânea.

O SR. BRUNO CAETANO - E por que estou fazendo essa questão? Porque em vários momentos se disse nesta audiência pública de que esse projeto de lei, perdão, quem fez de novo uma nova intervenção, nesta audiência pública várias vezes foi dito de que esse projeto estava marcando retorno às aulas. Não é verdade. Desculpe, não é verdade. Leia com atenção o projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Desculpa, Secretário, peço respeito aos senhores, quem falou seguiu a ordem de inscrição. Quem não falou é porque não tem tempo. Pedimos desculpa. Agora é a hora do Secretário. O Secretário está respondendo, é a vez dele que ouviu aqui durante duas horas pacientemente. Agora é a hora do Secretário ser ouvido, por favor, peço respeito com a palavra do Secretário.

Secretário, continue, por favor.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Dependemos da educação deles, Vereadora, não consigo cortar aqui. Ou corto de todo mundo ou não corto de ninguém, depende da educação. Se o sujeito não quer agir com educação numa audiência dessa, ouvir o Secretário

que pediu, atendendo o apelo para ficar mais tempo, não quer ouvir, eu libero o Secretário.

O SR. BRUNO CAETANO – Quero trazer de novo uma palavra de tranquilidade. É um momento de tranquilidade, de construção coletiva, de debate, de diálogo. Tenho feito isso todos os dias por mais de quatro horas, de novo, cotidianamente, diariamente, sem assessoria, sem intermediários, de peito aberto, de olho no olho, todos os dias, com muita tranquilidade, porque eu sei do meu papel e da minha responsabilidade.

E desse papel e dessa responsabilidade, Vereador João Jorge, não vou abrir mão, porque temos um milhão de crianças na nossa rede, temos mais de 150 mil educadores e temos responsabilidade com a cidade de São Paulo. Mas a Educação neste momento se curva à Saúde. E vai continuar assim até o final.

Portanto, esse projeto de lei, para entrar aqui nos temas mais específicos, não encerra todas as ações da Secretaria Municipal de Educação no Volta às Aulas. Sequer marca data de retorno, o que esse projeto propõe, entre outras questões, é dotar a Secretaria Municipal de Educação de melhores condições de enfrentarmos juntos o desafio do retorno às aulas, quando ele puder acontecer.

O que não é possível, não é minimamente razoável é renunciarmos ao planejamento, renunciarmos o preparo. Esse é o momento de prepararmos, de melhorarmos as nossas condições, de termos mais profissionais, de chamar concursos, fazer contratos temporários, de estruturar sim programas de longa duração que serão decisivos para que tenhamos um retorno às aulas mais tranquilo. Mas o vírus vai passar, tenho certeza disso, a vacina vai vir e a cura também. E os desafios de aprendizagem, e os desafios de dotar a nossa

Rede de melhores condições permanecerão.

Então quero aqui trazer essa palavra, em primeiro lugar, de tranquilidade. Segundo, quero mencionar de maneira muito objetiva, mas também rapidamente em respeito ao horário de todos, até por sugestão do nosso Vereador aqui presente, sobre a questão da constitucionalidade e a questão da legalidade desse projeto. Ouvi atentamente a opinião do Vereador Claudio Fonseca, ouvi atentamente a opinião de outros Vereadores e representantes que indicaram algum tipo de ilegalidade. Mas a nossa visão é diferente, é evidente que o Poder Executivo quando encaminha um projeto de lei para esta Casa faz previamente todo o controle de constitucionalidade e legalidade pelas nossas áreas internas.

E também quero aqui cumprimentar a participação dos dois promotores nesta audiência pública, com quem também tenho mantido contatos em relação a esse procedimento de volta às aulas, Dr. Faustinoni e Dr. Serra Azul. Estivemos ainda na última semana numa longa videoconferência falando de todos os temas, inclusive, sobre esse projeto de lei. Quero dizer que esse projeto de lei no que diz respeito ao Programa Mais Educação Infantil não fere a lei eleitoral, uma vez que não tem caráter assistencial.

E aqui vou me permitir fazer leituras parciais dessa nota e depois entrego essa nota na íntegra ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para que também a Vereadora Relatora Rute Costa, para que não fiquem dúvidas sobre a questão da constitucionalidade e legalidade. Mas seria por demais enfadonho ler aqui uma nota que tem aproximadamente 17 páginas, então vou direto ao ponto: o Programa Mais Educação, que é a aquisição de vagas nas escolas filantrópicas e subsidiariamente em escolas privadas não tem

caráter assistencial e, portanto, não fere a lei eleitoral. É a mera autorização para a realização de um contrato administrativo.

- Manifestação simultânea.

O SR. BRUNO CAETANO - E de novo com essa fala mal-educada me permite fazer um aparte aqui. Em nenhum momento se vai utilizar recursos da Educação, da manutenção e desenvolvimento do ensino para o pagamento dessas vagas. É evidente que quando se contrata uma vaga junto a uma instituição privada e não filantrópica, é evidente que o recurso para a aquisição dessa vaga não virá do orçamento vinculado da Educação.

Razão pela qual afastamos qualquer tipo, e aí uma satisfação ao Vereador Caio, afastamos qualquer tipo de inconstitucionalidade e ilegalidade, uma vez que não há transferência de recurso público da educação para instituição privada nesse projeto. Não há. E ele está absolutamente em linha com as discussões e com o texto do novo Fundeb. Isso consta de maneira clara nesse parecer.

Quero dizer ainda que a ampla jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral reforça a nossa tese de que esse projeto não tem qualquer tipo de impedimento por parte da lei eleitoral.

No seu terceiro ponto – talvez o ponto central do programa *Mais Educação Infantil* –, quero dizer que esse projeto também não esbarra na Constituição, porque o artigo 213 da Constituição Federal reconhece a possibilidade de aquisição dessas vagas. Mais ainda: a utilização desse dispositivo para aquisição de vagas já passou por um teste no Supremo Tribunal Federal, pela Adin 3330, em que o Ministro Ayres Britto reconhece a possibilidade

dessa compra de vagas. Então já há, inclusive, de forma pacífica – e respeito os procuradores da Câmara Municipal –, no Supremo Tribunal Federal, uma discussão sobre esse ponto. E não há qualquer tipo de apontamento. Sei que alguns promotores, especialmente os que nos acompanham aqui, podem ter posições contrárias, mas, mesmo assim, a posição do Ministério Público – que respeito muito e com o qual tenho tido as melhores relações – não encontra, ainda, sequer a avaliação e o controle do nosso Tribunal de Justiça. Portanto, por mais respeitosa que seja a posição do Ministério Público, a Justiça ainda não se manifestou, pelo menos no que diz respeito à ação proposta pelo MP. Mas a Justiça e o Supremo Tribunal Federal já se manifestaram, sim, várias vezes, sobre a possibilidade de aquisição de vagas. E no entendimento do Poder Executivo Municipal essa é uma questão pacífica. E mais ainda: ainda nesse aspecto, a própria LDB no seu art. 77, de maneira infraconstitucional, reconhece a possibilidade da aquisição de vagas. Talvez esse seja o ponto mais polêmico no que diz respeito às questões de legalidade e constitucionalidade. Mas ainda assim, nas outras questões, no programa de auxílio escolar, de auxílio à aquisição de uniforme e material escolar, inexistente qualquer impedimento relativo à lei eleitoral, uma vez que a transformação desse programa em benefício – e é importante compreender exatamente o significado jurídico dessa palavra *benefício* – apenas será implementada a partir do próximo ano. Esse ano não está nesse projeto de lei instituir qualquer benefício novo, nenhum benefício novo. O que está se mudando esse ano é a forma de distribuição de uniforme escolar e de material escolar: não na forma de benefício. E isso está absolutamente consolidado nesse parecer.

Por fim, ainda nas questões de legalidade e constitucionalidade: também não há

qualquer ofensa à Lei de Responsabilidade Fiscal, porque o programa meramente autoriza o Poder Executivo a instituir programas, mas não estabelece a obrigatoriedade.

Como todos sabem aqui na Casa, é no exato momento da instituição do programa que o Poder Executivo tem a obrigação de indicar os devidos recursos. Por enquanto se pede a autorização para implementar.

A ofensa à Lei de Responsabilidade Fiscal se dará na hipótese de, implementado o programa, não indicar os devidos recursos. Mas é evidente que isso será feito no momento adequado. Portanto, não há nenhum óbice sequer à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quero, agora, fazer algumas manifestações em relação aos pontos específicos que aqui foram tratados.

O Vereador Eliseu Gabriel abre a audiência dizendo da questão da data. E reforço: não à data. Concordo com a opinião do Vereador Eliseu sobre a necessidade de reforçarmos a nossa política de acolhimento, mas, de novo, isso não é matéria de projeto de lei. Por isso que não consta desse projeto. Mas as ações já estão aí; inclusive, durante a pandemia. O nosso NAAPA foi reforçado. Mais ainda: utilizamos durante esse período, inclusive, recurso de inteligência artificial para detectarmos crianças que estão sendo vítimas de violência doméstica. Basta acessar: naapa.com.br. Um portal foi criado para isso. Inclusive, um robzinho com inteligência artificial que consegue, nesse período de pandemia, conversar com os estudantes e perceber, a partir de algoritmos, crianças que eventualmente estejam sendo vítimas de violência nas suas residências. A Secretaria não parou de cuidar do acolhimento mesmo durante a pandemia.

Respeito a opinião do Vereador Eliseu sobre a questão da alimentação e internet. Estamos ampliando o acesso. Começamos com 240 mil crianças beneficiadas com o cartão alimentação. Hoje, 100% das crianças vulneráveis já tem o cartão, e queremos universalizar esse benefício. E fazemos um convite aos Vereadores para que a gente vá ao Ministério da Educação para liberar os 77 milhões que estão parados na conta do *Programa Nacional de Alimentação Escolar*.

O Prefeito Bruno Covas já disse: liberado o recurso, no dia seguinte é cartão alimentação para todo mundo. Mas é preciso compreender que o financiamento da merenda escolar é misto. A Prefeitura está carregando o piano sozinha, apesar de termos no programa de alimentação escolar, em todo o Brasil, não somente na cidade de São Paulo, um financiamento misto, uma parte importante dos recursos vem de verbas federais, que estão travadas, por miopia do Ministério da Educação.

O Vereador Claudio Fonseca fala que o retorno está distante.

Volto a fazer a fala inicial: o nosso retorno se dará respeitando as orientações da Saúde.

Agradeço a fala do Vereador Claudio Fonseca em relação aos programas permanentes de material e uniforme escolar. E quero tranquilizar o Vereador Claudio Fonseca e a todos que estão nos ouvindo: a estratégia de gestão de pessoas da Secretaria não é apenas a que está no projeto de lei, ela é também a chamada dos concursos. Precisamos das duas coisas. Precisamos chamar os concursos. E nós precisamos de profissionais temporários, porque cada qual com a sua função. Eu não posso convocar, chamar um servidor que passou

num concurso público para ocupar a vaga de alguém que está em licença médica. Eu preciso chamar os concursos para fazer a reposição das vacâncias. E assim faremos. Vamos tratar com tranquilidade esse assunto. São dois problemas diferentes com duas soluções diferentes: as vacâncias serão encaminhadas com os concursos e as reposições de licenças médicas, que poderão ser muito mais graves por conta da pandemia, uma vez que temos, hoje, aproximadamente cinco mil servidores na rede com mais de 60 anos ou com algum tipo de doença associada, para além daqueles que já estão readaptados. Mas, para esses, a solução são os contratos temporários. E por isso a necessidade do projeto de lei. E aí um reparo à fala do Vereador Giannazi: esse projeto, ao contrário do que o Vereador disse aqui, não propõe a farrá dos contratos temporários, ele limita. Não há hoje limite na lei. Estamos numa casa de leis. Se a Secretaria de Educação quiser, hoje, contratar 30, 40, 50% de temporários, não há óbice algum na lei. E nós temos a responsabilidade aqui – o Prefeito teve – de não transformar a exceção em regra. É por isso que esse projeto de lei traz a trava – trava imposta pelo próprio Executivo. Percebam o cuidado do Prefeito Bruno Covas e o respeito que tem pelos servidores públicos. Sabemos que tem muita rede pública por aí que tem mais de 50% da sua força de trabalho baseada em contratos temporários. Aqui, de início, colocamos a trava para que a exceção não vire a regra. Temos esse cuidado, Vereador Giannazi.

A Célia comentou sobre máfia de creche.

Eu não admito – perdão – esse tipo de termo nessa gestão, porque nós combatemos todo tipo de malfeito na administração pública, especialmente no ensino infantil. E nunca, em nenhuma gestão, se fez tanta fiscalização, tanta supervisão, em cima da rede

parceira, que é muito valiosa. Mas a exceção tem que ser tratada como exceção e com rigor. Desde que eu assumi a Secretaria de Educação foram mais de 200 contratos denunciados. Então não é correto com essa gestão se falar em máfia de creche, porque de fato não há. O que há é fiscalização, o que há é controle. Mas há também um profundo apreço pela rede parceira, porque, junto com a rede direta, nos propiciou ter a menor fila de crédito da história de São Paulo na última virada de dezembro. E fica aqui o nosso carinho e o apreço pelo trabalho de toda a rede parceira, que, na sua imensa maioria – com o perdão da redundância – presta um excelente serviço para a cidade de São Paulo e para as nossas crianças – assim como a rede direta presta junto. Aliás, temos uma rede só. Didaticamente, falamos *rede direta* e *rede parceira*, mas somos, juntos, a rede municipal de educação. E temos orgulho de ter, talvez, a maior e a melhor educação infantil do país, e que é feita por servidores públicos valorosos, mas também é feita por organizações sociais igualmente valorosas.

Quero lamentar a fala do Vereador Toninho Vespoli – sem esticar a polêmica.

Nós não podemos ser, Vereador Vespoli, a favor das filas, da volta da fila na pré-escola. Nós temos responsabilidade com essas crianças. Essa gestão continua apostando em todas as modalidades de atendimento, especialmente no atendimento da rede direta. Vou dar alguns números: 47 novas escolas já foram entregues nessa gestão. Até outubro, serão novas 25 escolas, todas da rede direta; 12 creches; 12 CEIs; 12 EMEIs e mais 1 EMEF, todas da rede direta. Inclusive, cumprindo a palavra que dei ao Sedin – a ex-Vereadora Claudete e a Jocélia que também participaram dessa reunião. Vocês duvidavam da minha palavra lá atrás, eu lembro “ah, Secretário, você não vai aguentar a pressão”, *tá aí*, de novo, as 24 unidades de

educação infantil, rede direta, honrando a nossa palavra.

Agora, é preciso tratar o momento com a urgência que se impõe. Toda rede recém universalizada está cheia. A gente tem hoje uma ocupação de 98% nas nossas EMElS. Dos 96 distritos da cidade de São Paulo, nós não temos vagas públicas novas para ofertar em 85 distritos, Vereador Riva.

Então, eu peço equilíbrio e tranquilidade. O que nós vamos dizer para essa família, que vai bater na porta da Secretaria de Educação, porque o pai perdeu o emprego agora e não vai conseguir pagar a mensalidade na escola particular do seu filho? Dizer “não temos vaga”? Não, o Prefeito Bruno Covas tem senso de urgência, não para substituir a rede direta, porque ela nunca será substituída.

E aí mais um esclarecimento, em relação ao projeto de lei, que nasce também na questão das vagas adquiridas, tutelado, limitado pelo próprio Poder Executivo. Basta olhar com atenção o texto. “Estabelecemos no máximo 5% das vagas” no projeto de lei e de novo, Vereador João Jorge, essa imposição foi posta pelo próprio Executivo, porque a exceção não pode virar regra, também na aquisição de vagas.

Mas, é preciso ter responsabilidade pública com essas crianças. Não é possível tolerar a volta da fila para a escola e não se constrói escola em três semanas ou em três meses, ainda que tenhamos um plano de obras de mais de 39 escolas, além das 25 que serão entregues. A Prefeitura segue fazendo a sua parte, ampliando a rede, inclusive a rede direta, como mencionei aqui.

Mas, a pandemia pode trazer uma nova fila, uma triste fila que essa gestão pôde, felizmente, também com a colaboração das gestões anteriores, porque ninguém faz nada sozinho. É

um bastão que vai passando na mão de um e de outro. Mas, essa gestão teve a felicidade de zerar a fila da pré-escola e nós não vamos compactuar, se essa Câmara assim entender, com a volta da fila na pré-escola.

Quero aqui fazer ainda uma fala, em relação ao comentário do Vereador Vespoli, com todo o respeito a ele, que merece como Vereador. Nós aqui propomos um novo modelo de aquisição de uniformes e de material escolar, justamente para acabar com os cartéis, para acabar com a forma difícil, complicada, como o próprio Vereador Fonseca já mencionou aqui que, há anos, talvez há duas décadas a Prefeitura de São Paulo vem adquirindo esses materiais.

Mas não é só isso. É para dar autonomia para as famílias, sim, porque não há melhor fiscal de um produto de qualidade do que a mãe ou o pai. Por melhor que seja o procedimento de fiscalização da Prefeitura, sempre será pior do que o olhar atento de um pai ou de uma mãe, que vai poder levar o seu filho numa papelaria, vai poder fazer com que ele escolha a capa do seu caderno, como na escola particular é. A escola do povo também tem de ser assim. A família vai ter autonomia de levar o seu filho, a sua filha, numa loja de roupas e fazer com que a criança experimente o seu uniforme, pela primeira vez na história dessa Cidade, porque não é possível mais entregar uniformes que não sirvam para as crianças, que fique no umbigo ou que apareça aquela criança com um palmo de camisa ou de blusão a mais.

Mas, mais ainda, num momento de pandemia é preciso distribuir renda, Vereadora Rute, porque melhor do que comprar de maneira centralizada um produto, que muitas vezes vem até da China, é fazer com que a papelaria do bairro possa compartilhar dessa compra pública. Que os pequenos empreendedores – e dialoga com a minha história recente, que presidi o Sebrae nos

últimos oito anos – possam compartilhar dessa riqueza da Cidade e não uma grande empresa, muitas vezes até internacional. Que possa permitir, Vereador Reis, que uma cooperativa de costureiras possa se organizar num bairro distante da periferia da Cidade e possa costurar os uniformes para os seus filhos e possa receber por isso.

Num momento de pandemia e de retomada econômica e imperiosa que se faz, é muito importante cuidar do emprego e da renda das pessoas. O Poder Público tem essa capacidade de gerar medidas anticíclicas, de favorecer o pequeno, de gerar empregos em ações que às vezes a gente não enxerga como possíveis, juntando educação com emprego, juntando educação com cooperativismo, juntando educação com geração de emprego e renda.

De novo, esse não é o principal objetivo do projeto. O objetivo é cuidar da criança melhor, produto de melhor qualidade. Mas há um ganho efetivo na nossa visão para a sociedade.

Quero aqui agradecer a fala respeitosa do Vereador Suplicy, que foi nosso Senador, e dizer a ele, tranquilizá-lo de que, primeiro, esse projeto de educação infantil não é um *voucher*. Não estamos distribuindo de novo na mão das famílias um crédito para ser descontado de maneira desordenada e não supervisionada.

As rédeas continuam na mão da Secretaria Municipal de Educação, desde o início, porque essas entidades, que quiserem oferecer essas vagas à Prefeitura de São Paulo, antes passarão pelo crivo de qualidade da nossa rede. Isso consta no projeto, está lá, está escrito.

Portanto, o controle continua sendo do Poder Público. O que fazemos com esse projeto é continuar com as rédeas. Vaga de má qualidade em desacordo com os princípios da educação infantil, construído a duras penas na cidade de São Paulo, com a participação de toda a rede, não

passarão de início, porque o controle se dá antes de a vaga ser credenciada. E, mais ainda, para finalizar esse ponto, a fila continua sendo pública. Nenhuma mãe tem a garantia de que vai matricular o seu filho numa escola filantrópica ou particular, porque na existência da vaga pública estatal ela vai ter sempre a prioridade. Está escrito.

E, se no final do ano letivo, essa criança matriculada nessa rede tiver no ano seguinte a vaga pública estatal disponibilizada a família é obrigada a matricular essa criança na escola pública de novo. Portanto, é uma solução absolutamente emergencial e pontual para não virarmos as costas para as nossas famílias, quando elas irão precisar de novas vagas.

A Vereadora Juliana me faz aqui, me dá a oportunidade de falar de um novo projeto, ela fala de *wi-fi* e internet nas escolas. Remodelamos um projeto que consta no Plano Estratégico do Prefeito Bruno Covas de levar banda larga para todas as escolas. E agora, além da banda larga, toda sala de aula, as 13 mil salas de aula serão equipadas até o final do ano com o computador do professor, com a banda larga, com a tela e com o projetor. Esse é o *hardware*, uma parte importante.

Mas, ao lado disso, Vereador Claudio Fonseca, vem o *software*, que é construído com a rede, com as sequências didáticas produzidas de forma colaborativa pelos professores. Isso vai estar à disposição de todo professor, olha que transformador isso pode ser para a rede municipal de ensino. Então, continuamos ampliando os investimentos na escola pública.

Por fim, quero aqui reforçar, acho que passei pelos principais pontos. Desculpe por ter me excedido, Vereador João Jorge, mas foram muitos os questionamentos. Quero de novo trazer uma palavra de tranquilidade a esta Casa, de que estamos fazendo com o Prefeito Bruno Covas, com o Secretário Edson Aparecido, um retorno muito cuidadoso, especialmente na educação.

Quando será não sabemos, mas os senhores podem ter certeza de que será com o sinal verde da saúde. Esse é o nosso compromisso.

Então, o meu muitíssimo obrigado pela atenção de todo mundo.

O SR. ALFREDINHO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado. Presidente Eliseu Gabriel, se tiver alguma consideração, faça, pois vamos encerrar.

Secretário Bruno Caetano, muito obrigado, o senhor está liberado, conforme lhe prometi.

O senhor excedeu e deu tempo.

Vereador Eliseu Gabriel, alguma palavra de sua parte, Presidente da Comissão de Educação? Se não houver nada...

O Vereador Claudio Fonseca falou 14 minutos.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente, posso fazer um pedido para o Secretário?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem, eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Quero agradecer aos Srs. Daniel Serra Azul Guimarães e João Paulo Faustinoni e Silva, do Ministério Público; aos Vereadores que participaram. Peço desculpas, não só aos Srs. Vereadores, que não puderam fazer uso da palavra, como também aos inscritos.

Vereador Claudio Fonseca, pela ordem.

O SR. ALFREDINHO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Vereador Alfredinho, vou encerrar, estou encerrando.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Só pedir ao Secretário de Educação duas coisas. Primeiro, o pessoal do quadro de apoio tem reclamado muito que não tem representante do Fala Rede. Então, pedir ao Secretário, porque nós já falamos disso e V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Vereador, pela ordem é comigo aqui. Se tiver alguma coisa para pedir para o Secretário, o senhor pode pedir em particular agora. Nós estamos encerrando a audiência.

Vereador Alfredinho, pois não.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Para que isso, João? Você falou...

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Se é uma questão de ordem, o senhor trataria da reunião. Se é um pedido seu, o senhor pode pedir para o Secretário, por favor, ele se senta ao seu lado e lhe peça.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Por favor, é um segundo.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Por favor, o senhor falou metade da reunião. Vereador Alfredinho, com a palavra.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Por favor, João.

O SR. ALFREDINHO – Sr. Presidente, diante do interesse pela discussão do projeto, eu queria propor uma nova audiência pública e dar oportunidade para aqueles que não falaram agora, que tanto reclamaram.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Vereador Alfredinho, o senhor pode propor por escrito na comissão.

Vereador Claudio Fonseca.

O SR. CLAUDIO FONSECA – É rapidinho, Sr. Presidente.

Secretário, então, conforme eu estava falando, orientar, nós já tínhamos tratado disso, para sempre ter um representante do quadro de apoio e nesse Fala Rede, porque eles são fundamentais. E outro pedido é para que agilize a homologação dos concursos de CP e ATE, sei da urgência, todo mundo sabe que até para viabilizar essas medidas todas de sanitização é preciso ter gente na escola. Então, para que se viabilize a homologação, tem data para homologar? Porque do contrário, não podemos chamar posteriormente. É somente isso, muito obrigado.

O SR. BRUNO CAETANO – De acordo. Muito obrigado.

- Vários pedidos pela ordem simultâneos.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado aos senhores.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente audiência pública.